



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 23 - Nº 432 - DE 29 DE ABRIL A 13 DE MAIO DE 2012 - R\$ 3,00

**Novo levante na
usina Belo Monte:
classe operária
tem sua resposta
à crise capitalista!**



Argentina:

**YPF deve ser expropriada sem indenização
100% da empresa e também toda a atividade petrolífera**



Viva o 1º de maio operário e socialista!

Em defesa do emprego, salário, moradia, saúde e educação!

Pelo fim da repressão às greves e aos movimentos sociais!

Fim dos assassinatos no campo!

Fim da lei antigreve, das prisões e dos processos judiciais aos lutadores!

Construir o Partido da Revolução Proletária

POR Partido
Operário
Revolucionário

 **4 MASSAS**
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

Oposição revolucionária a Dilma

Viva o 1º de Maio Operário e Socialista

Aos trabalhadores e à juventude oprimida;

Voltar nossas forças para superar a crise de direção!

Construir o Partido Operário Revolucionário no Brasil!

Reconstruir a IV Internacional!

Este 1º de Maio está diante de grandes acontecimentos, problemas e dificuldades. A crise mundial continua a destruir empregos e a desmoranar os salários. A burguesia colocou-se em posição de ataque às condições de vida dos explorados. Não há outra saída ao capital senão a de aumentar a exploração da maioria oprimida e sacrificar a força de trabalho.

As massas têm respondido saindo às ruas, promovendo greves e enfrentando a polícia. Não há outra saída para os assalariados a não ser resistir com a ação direta, coletiva e combativa. No entanto, necessitam de uma direção revolucionária, marxista-leninista-trotskista. É o que vemos nos acontecimentos originados da crise econômica e da luta de classes.

Sob a direção da burocracia sindical e dos velhos partidos traidores, o proletariado não tem como defender suas reivindicações mais elementares e avançar a luta por um programa próprio de expropriação da classe capitalista.

Os trabalhadores conscientes e a juventude politizada receberam com satisfação os levantes contra as ditaduras na Tunísia, Egito, Líbia, Bahrein e, agora, na Síria. Mas logo vimos que as transformações esperadas não foram realizadas. Caíram governos autoritários, mas o regime político e social permaneceu de pé.

A mesma oligarquia feudal-burguesa, que garantiu as ditaduras e tirou vantagens delas, continua a comandar o Estado. O imperialismo não foi expropriado e varrido. Continua a controlar as riquezas petrolíferas e a ditar as condições de atraso desses países. Os levantes dos explorados, se não concluírem em revolução social, proletária, acabam sendo canalizados pela classe capitalista. Mas, para levar até o fim a revolta, os explorados dependem do partido revolucionário.

Neste 1º de Maio, ressaltamos a importância decisiva da vanguarda militante, dos setores mais avançados da classe operária e da juventude de pôr em pé o Partido Operário Revolucionário, munido do programa da revolução e do internacionalismo proletário. Convocamos os lutadores a cerrarem fileira em torno da tarefa de reconstruir a IV Internacional, sem a qual não é possível superar a crise de direção, imposta pela traição do estalinismo e pela destruição da III Internacional pela burocracia contrarrevolucionária de Josef Stálin.

Viva os levantes das massas contra o capitalismo apodrecido!

Viva o programa marxista-leninista-trotskista da revolução proletária!

Trabalhadores, o internacionalismo revolucionário começa por organizar os explorados em nosso próprio país. Começa pela defesa do programa proletário, com os métodos próprios de luta! Começa por combater as forças que subordinam a classe operária à política da burguesia.

Nos últimos oito anos de governo Lula, estivemos em posição desfavorável. Em torno do PT, se constituiu um movimento burguês e pequeno-burguês de conciliação de classes. Os sindicatos se tornaram mais corporativos, a CUT foi estatizada

e multiplicaram-se as Centrais. A tarefa de constituir uma única Central, proletária e revolucionária foi abortada. A burocracia sindical impulsionou o divisionismo e o aparelhismo. Estamos, portanto, diante da necessidade de libertar os sindicatos das direções pró-capitalistas. Da necessidade de conquistar a democracia e a independência sindicais. Da necessidade da classe operária se livrar das travas do sindicalismo corporativo. E da necessidade de retomar as experiências revolucionárias de constituir comissões de fábrica!

Trabalhadores, nesse exato momento, a CUT, Força Sindical, CTB e UGT estão empenhadas em apoiar os interesses da classe capitalista, em particular das multinacionais, em nome do combate à “desindustrialização” e defesa dos empregos. Renunciam a levantar as reivindicações da classe operária, colocando-se em favor dos pleitos da fração burguesa industrial. Denunciamos a frente burocrático-burguesa. Levantamos a bandeira de que a CUT e demais Centrais rompem com o governo e com a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e Confederação Nacional das Indústrias (CNI). Que os trabalhadores rejeitem a aliança de Artur Henrique, Paulo Pereira (Paulinho) e Wagner Gomes com Paulo Skaf e Robson Braga de Andrade. A união das Centrais com as corporações patronais resulta em traição às necessidades e às reivindicações dos explorados.

Não se pode esperar mais para organizar um movimento de defesa das massas contra a crise econômica. O movimento revolucionário internacional tem acumulado enorme experiência proveniente das crises e da luta de classes. Nessa fonte de ensinamento, vemos que o proletariado somente se levantará com sua gigantesca força social contra a burguesia caso lute com suas reivindicações e conquiste a unidade da maioria explorada para marchar contra o Estado burguês e a grande propriedade dos meios de produção. A estratégia que conduz as reivindicações mais sentidas e imediatas das massas é a da revolução e ditadura proletárias. Sem essa direção, não há como romper a camisa de força da exploração capitalista e defender de fato a vida da maioria.

Trabalhador, temos nosso antídoto contra a crise: nenhuma demissão, nenhum desemprego; nenhuma perda salarial, nenhuma eliminação de direitos trabalhistas; nenhum jovem fora da produção, nenhum fora da escola. As reivindicações que respondem a essa posição proletária são: estabilidade no emprego, fim da terceirização, redução da jornada por meio da escala móvel das horas de trabalho e salário mínimo vital. Muitas outras virão na luta, mas essas em seu conjunto constituem reivindicações transitórias, que levam os oprimidos a se chocar com os pilares de sustentação do capitalismo.

Abaixo a colaboração da CUT, Força, CTB e UGT com a Fiesp/CNI!

Viva a independência política e organizativa da classe operária!

Lutemos com o programa de transição antiimperialista e anticapitalista!

Trabalhador, as greves nos canteiros de obras têm mostrado que os operários da construção civil, superexplorados, estão hoje na dianteira da luta de classes. Jirau, Santo Antonio, Belo Monte, Suape e outras obras têm vibrado com as greves e manifestações. Essa luta tem de ser generalizada para outros ramos da produção. A camada mais oprimida da classe operária levanta a cabeça contra seus escravizadores. O governo e as empreiteiras não têm o que oferecer senão a Força Nacional de Segurança, criada por Lula. A burocracia sindical está dando duro para controlar e domesticar o instinto revolucionário dos operários. Governo, burocratas da CUT, Força e CTB e patrões criaram uma “Mesa Nacional Tripartite”, objetivando pôr rédeas no movimento.

O 1º de Maio deve se voltar para as reivindicações dos oprimidos dos canteiros de obras, apoiá-las e exigir que sejam integralmente cumpridas. O 1º de Maio deve se colocar pela generalização e união das lutas operárias.

Viva o movimento grevista da construção civil!

Fora a Mesa Tripartite a serviço da patronal!

Pela organização independente nas obras!

Trabalhador, o que o governo do PT/PMDB tem feito com o movimento sem-terra é bárbaro. Reduziu os assentamentos, cortou verbas de apoio técnico e não agiu contra os assassinatos no campo. O Abril Vermelho se iniciou com o assassinato

do camponês Pedro Bruno, em Pernambuco, e foi antecedido por 12 execuções em seis estados da federação. Os latifundiários e desmatadores se acham livres para mandar seus jagunços fazerem o serviço sujo. Sabem que o governo e a Justiça vão protegê-los. Tudo indica que a burguesia e seus representantes no Estado chegaram à conclusão de que não há mais o que fazer diante da reivindicação do MST de ampliar os assentamentos e os recursos para os assentados. Contam com o recuo e enfraquecimento da luta dos sem-terra.

Os explorados do campo estão diante de uma nova situação que exige se emancipar da política reformista de inclusão capitalista. Os milhares de assentados que vivem na penúria, os sem-terra que aguardam uma solução e os milhões de minifundiários devem ser organizados em um só movimento agrário pela expropriação geral dos latifundiários e nacionalização das terras. O MST tem de rever sua política de apoio a partidos e governos burgueses. É necessário concentrar o trabalho de constituição da aliança operário-camponesa.

Diante dos assassinatos no campo, organizar os comitês de autodefesa!

Constituir um Tribunal Popular, operário e camponês, para punir os capitalistas por seus crimes!

Pela unidade dos trabalhadores da cidade e do campo!

Viva a luta camponesa contra a opressão latifundiária!

Segunda fase do Plano Brasil Maior

Quem paga a conta?

O ministério do Planejamento fixou a meta de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 2012 em 4,5% e para o ano seguinte, 5,5%. Sobre a base de 2,7% de 2011, 4,5% não é muito, trata-se de recuperação. Uma vez atingida essa meta, 5,5% para 2013 já é considerável. Outras fontes, calculam entre 3 a 3,5%, caso as medidas da segunda fase do Plano Brasil Maior sejam concretizadas e a economia norte-americana continue a se recuperar em um ritmo mais acelerado que o atual, e, por sua vez, a Zona do Euro consiga respirar algum átomo de oxigênio. Essa segunda hipótese já seria um feito. A burguesia se dá por satisfeita com cálculo mais realista do Banco Central, de 3,2% em 2012 e 4,2% em 2014.

O crescimento acelerado até meados de 2008, quando se caminhava para 7,5%, teve como um dos motores o farto financiamento e a escalada de endividamento da população. Evidentemente, esse fenômeno foi possível na situação mundial favorável. As medidas denominadas de “contracíclicas”, lançadas em fins de 2008 (5,5% de crescimento) e começo de 2009 (perto de zero), evitaram uma queda maior do crescimento nesses anos e impulsionaram em 2010 (7,5%). Porém, não puderam sustentar essa taxa em 2011.

Como se coloca o problema para o governo, premido por setores da indústria e preocupado em manter a colaboração das centrais sindicais? Deve continuar com os estímulos ao endividamento da população. Ampliar as medidas de proteção ao capital industrial e comercial-exportador. Em contrapartida, exigir que se invista na produção e se ganhe em produtividade. Quanto à contenção das importações, não pode fazer mais do que a Organização Mundial do Comércio (OMC) faculta, ou seja, as potências permitam. O Brasil deve manter as mãos apontadas ao céu para

que a China não reduza as gigantescas importações de commodities e não derrube os seus preços no mercado internacional. A possibilidade de alavancar as exportações de manufaturas está praticamente fechada.

Se houvesse um quadro geral de recuperação da economia mundial, o governo brasileiro teria maior margem de manobra. Não obstante, observa-se que a crise de superprodução não destruiu suficientemente forças produtivas para reconstruí-las. Trilhões foram despejados pelos Bancos Centrais, sem que as tendências recessivas fossem dissipadas. O resultado da gigantesca intervenção dos Estados imperialistas tem sido o de potenciar os desequilíbrios monetários, fiscais e cambiais. Uma das consequências para o Brasil foi o de forçar a valorização do Real, derrubar as exportações de manufaturados e ampliar a importação. O crescimento da última década da economia brasileira abriu caminho para o avanço do capital externo sobre os ramos lucrativos e permitiu sustentar o parasitismo financeiro.

A retração iniciada em 2008 vem modificando os fatores determinantes da estabilidade, não só econômica mas também social e política. Trata-se, certamente, de um processo em aberto.

A primeira fase do Brasil Maior serviu tão-somente para motivar a Fiesp/CNI a aumentar suas exigências protecionistas. A segunda, recém-lançada, pelo visto, não alterará substancialmente o apetite de lucro das multinacionais e a apreensão de setores do empresariado nacional.

O que de fato querem? Reivindicam um rebaixamento geral de impostos sobre a indústria, redução do preço da energia (subsídio), investimento estatal em infra-estrutura (portos, aeroportos, rodovias, ferrovias), redução das taxas de juros, destrui-

ção de direitos trabalhistas e previdenciários, bem como cortes nos gastos sociais. Segundo a Fiesp/CNI, a “indústria brasileira” – para os dirigentes do empresariado nacional, as multinacionais são brasileiras –, assim, se poderá baixar os custos de produção e concorrer com os produtos chineses.

O esforço do governo Dilma (da aliança PT/PMDB) para atender os empresários tem sido considerável. Realizou cortes no Orçamento Público, manteve a Desvinculação de Receitas da União (DRU), conteve gastos sociais, promoveu o ataque à previdência dos servidores federais, desonerou a folha de pagamento, subsidiou alguns setores com empréstimos do BNDES, favoreceu a grande indústria, especialmente a automotiva. Esse conjunto de ações, porém, não garante a reativação da indústria. Embora tenham protegidos seus lucros, os capitalistas continuam a pressionar o governo com a bandeira de combate à “desindustrialização”. Ocorre que as vendas só podem contar com o mercado interno, que deve permanecer aquecido. É preciso, portanto, que o Estado assegure competitividade diante da invasão de importados da China, etc. Como se vê, o pleito da Fiesp/CNI combina a exigência que a política econômica de Dilma garanta o consumo em alta e proteja a indústria interna contra os importados.

O baixo crescimento de 2011 permitiu ao ministério da Fazenda e ao Banco Central (BC) recolocar a redução gradual da taxa básica de juros, a Selic. De 10,5%, chegou recentemente a 9%. Tudo indica que o BC não está disposto a descer mais alguns degraus, como é da vontade do ministério da Fazenda. Os banqueiros admitiram esse patamar. Esperava-se que, com a redução da Selic, as taxas de juros exorbitantes praticadas no mercado financeiro seriam também reduzidas. Os banqueiros unidos em cartel simplesmente desconhecaram o objetivo geral do governo de manter em alta o endividamento da população, de um lado, o que deveria contar com a redução das taxas para os consumidores. E, de outro, aliviar a carga do financiamento contraído pela indústria.

Verificou-se no começo do ano que o montante de empréstimos (pessoa física mais a jurídica) sofreu redução. Nesse momento, governo, Fiesp, CNI e as centrais colaboracionistas dirigiram a pressão para os banqueiros. As recentes medidas do Plano Brasil Maior não impõem nada aos financistas, a não ser a pequena redução da Selic. Segundo o ministro Guido Mantega, chegou a hora deles também contribuírem com os esforços voltados à escorar o mercado interno e a produção industrial. Deveriam ter reduzido sua margem de ganho, obtido pela diferença entre o que pagam aos depositantes e o que cobram dos tomadores de empréstimo.

O termo técnico usado para denominar essa diferença é “spread”. Calcula-se que 32,7% de seu montante compõem o lucro líquido. O restante do “spread” é utilizado para o fundo de inadimplência (28,7%), impostos (21,9%), custo administrativo (12,6%) e recolhimento do compulsório, subsídios e recolhimento ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC) (4,1%). Essa composição do “spread” retrata perfeitamente o papel parasitário do capital financeiro. No caso dos bancos brasileiros, o lucro líquido de 32,7% não encontra paralelo na maioria dos países. Os bancos brasileiros e estrangeiros que aqui operam pagam em média 9,7% aos clientes e auferem uma taxa média dos emprestadores de 38% ao ano. Não é por acaso que as famílias despendem em média 22,7% de sua renda com juros e amortizações, conforme se apu-

rou em 2011. A Fiesp calcula que os empresários entregam aos bancos cerca de R\$ 156 bilhões ao ano em juros. O que corresponde a 7,5% dos preços das mercadorias. O Sr. Paulo Skaf denuncia que os créditos correspondiam a 24,3% do PIB em 2004, passando para 48,8% do PIB, de maneira que os bancos ganharam em escala. Mas nem por isso baixaram “o spread” e que agora é hora de fazê-lo.

Esse feito, típico do capital parasitário, tem a ver com o fato de que os dez maiores bancos controlam 80,9% dos ativos do setor. Depois da crise dos anos 90 e da reforma bancária (PROER) de Fernando H. Cardoso, o sistema financeiro brasileiro impulsionou o processo capitalista de concentração. A cartelização se tornou um instrumento de sustentabilidade do parasitismo. Os governos a potencializaram com sua política monetária. Sob o governo Lula, os banqueiros nadaram em lucratividade.

O ministro Mantega pediu gentilmente que os banqueiros colaborassem com o êxito do Plano Brasil Maior. Em resposta, o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Murilo Portugal, entregou uma lista de reivindicações, entre elas a exigência de redução de impostos sobre o capital financeiro. O conflito foi contornado, com os banqueiros fazendo um recuo tático. O governo tem fortes argumentos sobre o abusivo “spread”, conta com apoio da Fiesp/CNI, com as centrais e com o descontentamento da população, que começa a sentir o peso de suas dívidas e da inadimplência. Os bancos estatais reduziram as taxas de juro, em um gesto de aceitação das diretrizes governamentais e o cartel privado decidiu ceder, numa espécie de concessão provisória.

A revista *The Economist* publicou um dado que compromete os bancos brasileiros. Pouco adiantará baixar alguns pontos de spread médio (32,7%), uma vez que no restante da América Latina é pouco mais de 5% e entre os países da OCD, menos que 5%. (Estado de São Paulo, 20/4). Está claro que o cartel dirigido pelos dez maiores bancos tem margem de manobra para conservar a sua alta lucratividade. Um dos argumentos mais fortes dos banqueiros e do próprio governo é que o sistema financeiro do Brasil é um dos mais sólidos do mundo, graças à garantia contra a inadimplência e a formação de bolhas do tipo subprime dos EUA.

Os banqueiros também contam com um poderoso aliado internacional – o Fundo Monetário Internacional (FMI). Com o espectro da inflação acima da meta, recomenda ao governo não se exceder no corte de juros. Na realidade, o organismo das potências está na defesa do capital financeiro internacional que necessita manter a ofensiva parasitária sobre as economias que ainda crescem e garantir o saque.

No miolo das contradições se encontra o alto endividamento público (66,2% do PIB), que consome 49,15% do Orçamento da União, em juros, amortizações e pagamento do principal. O acúmulo forçado de reservas cambiais agrava o endividamento. Cerca de R\$ 100 bilhões são despendidos anualmente. Somados aos R\$ 180 bilhões gastos em juros, são R\$ 280 bilhões. Fantástica soma que consome importante parcela da mais-valia criada pela classe operária e que alimenta o parasitismo financeiro. O Brasil arrasta em um de seus pés esta poderosa âncora.

As forças que reclamam dos altos juros, do custo trabalho, da desindustrialização, etc. não levantam sequer o dedo mindinho contra a brutal dívida pública e os gigantescos gastos parasitários do Estado.

A necessidade de o tesouro arrecadar 38% do PIB e mesmo assim conservar déficits, que devem ser resolvidos por imposição do superávit primário, inviabiliza investir somas significativas na dinamização da economia. Nota-se que os programas de apoio aos negócios da burguesia por meio do BNDES têm ocorrido mediante o aumento da dívida federal.

Os analistas que se dividem quanto às explicações em torno dos desequilíbrios econômico-financeiros compartilham uma constatação: a poupança do País de 16,5% é muito baixa. Assim, impõe rígidos limites para os investimentos e dificulta derrubar as taxas de juros. Não obstante, não buscam as causas na gigantesca dívida, no sistema financeiro altamente concentrado, no controle monopolista multinacional dos ramos fundamentais da produção, no saque imperialista, no esbanjamento burguês de recursos públicos, no endividamento da população e na pobreza das massas. Enfim, evitam demonstrar a radiografia da distribuição da riqueza gerada pelas massas exploradas.

A classe capitalista quer que o governo petista faça reformas que resultem em mais recursos a serem aplicados em infra-estrutura e em apoio substancial à indústria, mas que não se mexa na dívida pública e no parasitismo dos portadores de seus títulos. Como se vê, as pressões para que se baixem os spreads bancários se deparam com problemas estruturais dessa natureza. Está claro que o governo Dilma não irá contrariar os interesses do capital parasitário e não terá como reverter a tendência de perda de espaço da indústria na economia.

Na década de 80, a indústria manufatureira alcançou 36% do PIB, segundo o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade. Caiu para 16,5% a partir dos anos 90 e chegou atualmente a 14,5% do PIB. As mercadorias importadas que detinham 14,5% do mercado interno, em 2008, saltaram para 18,5%, em 2011, conforme noticiou o jornal argentino O Clarín, de 8/4. Por outro lado, a CNI indica que, de 2002 a 2011, os produtos manufaturados exportados caíram de 54,7% para 36,7%, provocando um déficit de 92,46 bilhões de dólares. Se não fosse a grande exportação de minerais e produtos agrícolas, a situação da balança comercial seria catastrófica.

Nos oito anos de governo Lula, a economia cresceu em média 4,5%. A crise mundial não mais permite tal desempenho. Os vários setores e frações da burguesia estão sendo empurrados a defender posições, evitar retrocessos e quebras. Há uma guerra comercial em curso, mais ou menos aberta, em escala internacional. As potências se vêem na contingência de exportar. Todos precisam exportar. É a superprodução e a consequente recessão que ditam o recrudescimento da concorrência comercial.

O Brasil tem a particularidade de ser dominado pelas multinacionais. O controle dos ramos chaves da produção lhes dá enormes poderes de interferência no curso da guerra comercial. É visível a capacidade das montadoras de chantagear o governo e pressionar a burocracia sindical a colaborar com seus planos para a crise. Eis por que um movimento burguês contra a desindustrialização que tenha presente as multinacionais não expressa interesses nacionais. A fração mais responsável pelos desequilíbrios internos é justamente a do capital internacional. Os capitalistas nacionais estão atados aos seus movimentos econômicos. Não se

identifica uma fração burguesa nacional, independente e em choque com o domínio imperialista sobre a economia brasileira.

O governo petista que pretendia ser nacional, democrático e popular se viu obrigado a manejar os recursos do Estado e a diminuir os conflitos interburgueses de acordo com limites impostos pelas multinacionais e pelas potências. Fracassará na tentativa de barganhar com o capital estrangeiro a meta de aumentar os investimentos internos, em produtos nacionalizados, em troca de subsídios e desoneração. O capital imperialista não guarda nenhum valor nacional de onde extrai seus lucros.

A burguesia metropolitana tem em seus cálculos a incapacidade da burguesia nacional e de seu governo em enfrentá-la com medidas revolucionárias de estatização e soberania. Nos embates no seio dos exploradores, provocados pela crise, as multinacionais e o capital financeiro triunfarão. O problema de fundo para a classe capitalista se acha na tendência de queda na taxa de lucro das corporações e no impasse do gigantesco capital financeiro parasitário.

A crise de superprodução tem posto à luz do dia que o capitalismo não tem espaço para desenvolver as forças produtivas, que já estão altamente desenvolvidas e se chocam com o modo de produção e acumulação de capital. É claro que a burguesia dá vazão às forças destrutivas, como via de manutenção de seu sistema senil. Cabe aos governos impulsioná-las e, se possível, administrá-las. O curso dos acontecimentos na Europa expõe essa via, com os governos atacando abertamente os assalariados, os pequenos proprietários (pequena burguesia) e sacrificando a juventude.

Não se deve esperar que no Brasil será distinto. O processo de destruição de forças produtivas mundiais não passará ao largo do País. As multinacionais e o capital financeiro encarnam as contradições fundamentais do capitalismo da época imperialista. O apoio do governo brasileiro ao capital hiper-concentrado e centralizado pelas potências resulta em combustível para a crise interna. E não em aumento da capacidade industrial geral e expansão dos empregos. As manobras por meio medidas monetárias, fiscais e cambiais podem adiar o processo de queda econômica, mas não estancá-lo e superá-lo. A via dos subsídios ao grande capital, do aumento da dívida pública, do incentivo ao gigantesco endividamento da população e do ataque às condições de vida das massas potenciará a crise, e não o contrário.

A burocracia sindical que segue a diretriz da Fiesp/CNI desvia a atenção da classe operária de seus problemas e da real situação da crise econômica. O apoio à campanha da fração industrial-multinacional mostra que a burocracia faz parte da política econômica do governo. É fundamental denunciá-la junto aos explorados e combatê-la com o programa proletário. Está colocada a bandeira: *Que a CUT, Força e CTB rompam com a Fiesp/CNI e com o governo burguês de Dilma! Que constituam uma frente única de ação em defesa dos salários e dos empregos! Que se rechacem as medidas antioperárias e de apoio ao grande capital do Plano Brasil Maior! Que se lancem ao combate pela derrubada da Lei antigreve! Que unifiquem o movimento operário, camponês e estudantil em torno do programa de antiimperialista e anticapitalista!*

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Governo Dilma desconhece os protestos

Em 17 de abril de 1996, a polícia militar do Pará assassinou 21 camponeses sem-terra, quando marchavam por uma rodovia, em Eldorado dos Carajás. O MST denominou “Abril Vermelho”. Todo ano realiza manifestações no País. Neste ano, completou 16 anos da bárbara repressão. De lá para cá, não cessaram as perseguições policiais, judiciais e as mortes de camponeses que lutam contra os latifundiários, madeireiros e desmatadores. Somente neste começo de ano, tomaram 12 camponeses, em seis estados da federação.

O “Abril Vermelho” de 2012 se iniciou com a execução a tiros do assentado Pedro Bruno, em Pernambuco, município de Gameleira. O assassinato foi denunciado pelo MST como resposta à reocupação do Engenho Pereira Grande, que marcou a abertura do Abril Vermelho no estado. Em fins de março, pistoleiros atiraram na cabeça do agricultor Antonio Tiningo, que liderava o movimento dos sem-terra no município pernambucano de Jataúba.

A violência reacionária dos grandes proprietários de terra expressa a luta de classes no campo. O Estado e os governos fazem cobertura aos crimes da burguesia agrária. A petulância e desenvoltura com que os fazendeiros contratam matadores e usam o terror como método de defesa de suas propriedades se devem à ausência de comitês de autodefesa e, principalmente, pelo fato de não existir uma direção revolucionária que constitua a aliança operária e camponesa.

O movimento dos explorados de massa organizado e unificado no campo e na cidade é que pode responder ao terror agrário dos ricos proprietários. Vemos, no entanto, que o MST retrocedeu nos últimos anos. Perdeu parte da influência que exerceu nos centros urbanos. Contribuiu para isso não somente a política de sua direção pequeno-burguesa, que manteve o MST submetido ao reformismo, ao clericalismo e atado ao governo do PT, como também ao relativo refluxo do movimento operário.

Sem dúvida, a burguesia e seus governos (federal, estaduais e municipais) aproveitaram as condições econômicas favoráveis e a liderança do caudilho Lula para pôr um cabresto nos sindicatos e impor um recuo na luta camponesa, que vinha se projetando e se fortalecendo desde os anos 90. Novas condições econômicas, marcadas pela queda da taxa de desemprego, pela ampla intervenção assistencialista do Estado e pelo avanço da agroindústria, e novas condições políticas, marcadas pela colaboração de classes promovida pelas centrais sindicais deram fôlego aos exploradores para golpear o movimento camponês e bloquear o movimento operário. Está aí por que os assassinatos têm ocorrido sem que houvesse respostas à altura.

O desdém com que a presidenta Dilma encarou o “Abril Vermelho” é sintoma da perda de força política do MST junto ao governo. Inúmeras manifestações, ocupações de prédios públicos e de terra foram realizadas, mas sem o ímpeto e a repercussão social. A atitude do governo federal foi a de congelar parte dos recursos destinados ao Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), que poderá resultar em um corte definitivo de 70% sobre R\$ 240 milhões previstos, sobrando apenas R\$ 72 milhões.

O Ministério do Planejamento decidiu pelo contingenciamento de verbas para o programa de assistência técnica e o Programa de Educação Rural (Pronera), como uma fatia dos cortes em geral, objetivando garantir o superávit primário destinado a pagar juros da dívida pública. O corte assistencialista atingirá duramente os assentamentos, caso seja mantido. O problema está em que o MST se acha profun-

damente mergulhado no assistencialismo e na diretriz reformista de se constituir em canal de inclusão social dos camponeses na ordem capitalista.

Desde o início de seu governo, Dilma procurou colocar a burocracia sindical e a direção do MST numa posição equidistante, atendendo aos reclamos da burguesia sobre a liberalidade do ex-presidente Lula, que chegou a colocar o boné do MST em um gesto populista. As mudanças nos postos administrativos do INCRA refletiram as disputas internas ao Estado para reduzir a influência de políticos, setores da Igreja e burocratas vinculados à política de reforma agrária do MST via desapropriação com indenização, assentamento e assistência. No Congresso, a bancada ruralista ampliou sua força, boa parte dela pertencente às bases partidárias do governo.

A meta do MST e de setores da Igreja católica de ganhar espaço nas instituições do Estado e influenciar as “políticas públicas” do governo petista foi sendo corroída conforme a administração de Lula foi se adaptando aos interesses do grande capital. A tese reformista de esquerdizar o governo de Lula se mostrou ilusória e serviu tão-somente para submeter os sindicatos e o MST à política burguesa. Dilma Rousseff, assim, não teve trabalho para limitar as reivindicações dos sem-terra, uma vez que o MST chegou debilitado ao seu governo.

O corte de verbas para o programa de assistência técnica surpreendeu a liderança dos sem-terra, uma vez que a tônica do governo tem sido a de garantir a produtividade dos assentamentos já estabelecidos, em detrimento da reivindicação de novas desapropriações. O governo sabe que o MST retrocedeu em sua ofensiva de ocupação de terra. O Abril Vermelho é tomado como um breve momento de protesto. Pode muito bem ser aturado, embora incomode a burguesia.

Há quase um consenso no interior do Estado que o que poderia ser feito em termos de desapropriações e assentamentos está esgotado. A direita agrária, apoiada em dados do IBGE, acusa que a distribuição de terra para quase 1,2 milhão de famílias, numa área de 88 milhões de hectares, ocorrida entre 1994 e 2011, não resultou em pequenas propriedades produtivas e solução da pobreza dos camponeses. Alega que, excluindo a pastagem, os 88 milhões de hectares ultrapassam os 70 milhões de hectares que correspondem à área cultivada do País.

Um de seus ideólogos mais bem formado, o agrônomo Xico Graziano, ataca a política pública de assentamentos com o argumento de que se criaram “verdadeiras favelas rurais” em todo o Brasil, salvo exceções. Apresenta a responsabilidade do Estado, que não garantiu a um terço dos assentados (38%) qualquer assistência de fomento, a pequena parcela que contou com o financiamento do Pronaf tem dificuldades de pagá-lo, sendo que 38% dos devedores estão inadimplentes. Enfim, não existem estatísticas sobre a produção dos assentamentos, mas se sabe que a maioria dos assentados vive na penúria.

A conclusão da direita agrária é que felizmente o governo petista/peemedebista chegou a um diagnóstico correto. Nas palavras de Dilma: “De nada adianta distribuição de terra com permanência das populações rurais na extrema pobreza”. Mereceu aplausos de Xico Graziano. O que de fato a presidenta quis transmitir? Que irá combater a luta camponesa pelo acesso à terra. Que o governo não se empenhará em realizar investidas de desapropriações. Que seu governo foi pródigo em reduzir o número de assentamentos – o menor nos últimos 16 anos – porque esse não é o caminho. Que o que se deve fa-

zer agora é tornar os assentados produtivos, com apoio do Estado. No entanto, em pleno Abril Vermelho, anunciou um contingenciamento que soa provocação aos camponeses. É falso que voltará os esforços do Estado para proteger os assentados e tornar suas pequenas glebas viáveis economicamente.

A burguesia espera que se faça o caminho de volta. Não há lugar para centenas de milhares de minifúndios sustentados pelo Estado. Os pequenos e médios proprietários que conseguirem andar com suas próprias pernas, servirem à agroindústria e comporem a estrutura agrária regida pelo desenvolvimento desigual e combinado, muito bem, poderão manter acesso ao Pronaf e a outros programas de incentivo. Caso contrário, permanecerão à míngua e sujeitos ao processo de concentração capitalista da propriedade.

Por mais que seja do interesse de setores burgueses ligados ao mercado interno que milhões de camponeses progridam, o desenvolvimento latifundiário-agroindustrial não o permite. Se os dados do IBGE estiverem corretos, boa parte dos 88 milhões de hectares deverá servir à concentração em curso. Não há futuro para milhões de camponeses sem-terra ou de posse de pequenas propriedades.

É visível que o governo Lula se dedicou a impulsionar a agroin-

dústria, portanto, à concentração de propriedade. Dilma Rousseff, mais à direita, está nas mãos da oligarquia agroindustrial-latifundiária. É urgente para o MST - que tanta luta travou e vem travando pela tese da inclusão capitalista dos camponeses sem-terra e que obteve êxito em impor por meio de ocupações, confrontos de classe e sacrifício humano milhares de assentamentos - que faça uma virada em sua política de apoio aos governos burgueses e que se volte a constituir a aliança operário-camponesa.

A tarefa democrática de acesso à terra a milhões de camponeses e de proteção dos pequenos agricultores, e, em certa medida, dos médios, ameaçados de quebra, não tem como ser realizada por nenhum governo da burguesia. Há que se trabalhar por convergir todos os movimentos e a luta de classe geral para a tomada revolucionária do Estado burguês e constituir um governo operário e camponês, que expresse a ditadura de classe do proletariado sobre a minoria exploradora. Sabemos que as condições não estão politicamente maduras para essa tarefa histórica de emancipação dos explorados e oprimidos. Por isso mesmo, dizemos que há que trabalhar pela estratégica revolucionária, condizente com as tarefas democráticas e socialistas próprias do Brasil capitalista semicolonial.

Novo levante na usina Belo Monte

A greve iniciada no dia 23 de abril é a terceira nos últimos meses. A usina Belo Monte é a maior obra do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), criado pelo governo Lula. Durante uma semana, de 5 a 12 do mesmo mês, os operários paralisaram o trabalho exigindo a antecipação do reajuste salarial, aumento do valor da cesta-básica e maior período de licença para a visita aos familiares. O movimento foi suspenso em nome de uma negociação. O resultado foi o esperado: o Consórcio responsável pela obra não cedeu. Por isso, a única forma para arrancar a reivindicação foi o retorno à greve.

A disposição de luta dos operários das usinas do Rio Xingu e do Rio Madeira tem potenciado os movimentos em outras obras do PAC, a exemplo do que ocorre no Espírito Santo, onde a greve atingiu as três maiores obras da Petrobrás. Porém, o descontentamento generalizado dos operários não vem sendo canalizado para a unidade grevista. São tratados, pelas direções sindicais, como fenômenos localizados. Na prática, evidencia-se a distância entre a necessidade de enfrentar o patronato para arrancar as reivindicações e a política das direções conciliadoras, que está submetida às negociações da Mesa Nacional Triparte, criada recentemente a partir do documento "Compromisso Nacional".

A classe operária, principalmente dos grandes centros urbanos, tem o dever de se solidarizar com as greves, exigindo o rompimento de suas direções com a política traidora do "Compromisso Nacional". Essas lutas heroicas trazem importantes lições e fazem parte da experiência geral do proletariado na sua luta de classe contra a burguesia. Devem, portanto, ser compreendidas no âmbito da tarefa de construir uma direção revolucionária, programática. Devem ser assimiladas pela teoria marxista. No Massas 431, dedicamo-nos a analisar e retirar as lições do conflito das usinas de Jirau e Santo Antônio. Agora, fazemos o mesmo com o da usina de Belo Monte.

Intransigência das empreiteiras

As reivindicações que motivaram a greve se concentraram no reajuste do valor do vale-alimentação, de R\$ 95 para R\$ 300 por

mês, e na redução do intervalo de visita aos familiares, conhecida como "baixadas", de seis para três meses.

As empreiteiras que formam o Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) apresentaram uma contraproposta, que acabou fortalecendo o instinto de luta dos operários. Em relação ao vale, ofereceu R\$ 15,00, passaria para R\$110,00. E à "baixada", fez um jogo: aumentava de 9 para 19 dias de licença. Mas, 10 dias seriam descontados das férias. E ainda mantinha os 180 dias de intervalo. Com esse acinte, a resposta só poderia ser a greve.

Empreiteiras querem implantar o terror

Depois da greve de 5 a 12 de abril, a CCBM procurou ampliar a repressão e criar o terror das demissões entre os operários. Assim, demitiu 60 grevistas, sendo 6 da comissão de greve, 5 por terem assinado uma ata para a criação de uma associação operária e o restante pelo fato de terem sido filmados participando da assembleia. Depoimentos de membros da comissão dizem que foram agredidos ao exigir explicações do RH, que outros foram presos pela Polícia Militar e que os encarregados estavam fazendo o papel podre de filmar as manifestações, para depois entregar às empreiteiras.

As perseguições, prisões e demissões são os instrumentos da burguesia para quebrar os movimentos contra a brutal exploração do trabalho. O Consórcio tem sua polícia interna (segurança privada), conta com a polícia militar e usa os encarregados para reprimir a ação coletiva na obra.

Os operários, por sua vez, contam com a força coletiva da classe e seus organismos de defesa, entre eles as comissões por local de trabalho, os comitês de greve e os sindicatos. Mas, o avanço da luta depende da política das direções. A ausência do programa do proletariado para elevar a consciência instintiva dos trabalhadores em consciência política é hoje o maior obstáculo que temos de enfrentar.

O Sintrapav é controlado pela Força Sindical

A direção do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Cons-

trução Pesada do Estado do Pará (Sintrapav) está sob a política da direitista Força Sindical. Cumpriu todos os requisitos da legislação anti-greve, entre eles o prazo de 48 horas para o início do movimento.

Os dirigentes do Sintrapav tomam para si as dores do Consórcio, que alega não ter dinheiro para atender as duas reivindicações. Assim, declaram: “É necessário que o governo participe porque a gente vai saber se realmente isso é verdade...”. É a política de apoio aos pleitos dos patrões: exigir do governo mais subsídios.

Portanto, o Sintrapav não vai se chocar com o Consórcio e com a Justiça. Tenta conseguir nas negociações uma proposta intermediária para pôr fim ao movimento. Sua política é a de uma greve “pacífica”, sem o radicalismo dos operários de Jirau e Santo Antônio. Não por acaso, orienta os grevistas a ficarem em casa até sair o acordo. Não há uma exigência pelo retorno dos 60 demitidos da greve passada. Para os burocratas, isso são águas passadas.

Essa vanguarda operária que vem despontando nas greves tem de trabalhar pela derrota política da burocracia sindical que controla o sindicato. O que significa ganhar a direção do sindicato, para transformá-lo em organismo da ação direta da classe contra os capitalistas que arrancam o sangue dos operários com a violenta exploração do trabalho.

Justiça condenou a greve

A Justiça concedeu a CCBM o pedido de “ilegalidade” da greve. Juntamente com ele, mais um interdito proibitório contra o piquete que bloqueia o acesso à obra. O primeiro Interdito Proibitório foi contra 4 integrantes do movimento Xingu Vivo para Sempre. O Consórcio alegou que Antonia Melo, Ruy Sposati, Lazaro Verçosa e Mônica Soares são os responsáveis de promover uma “turbação” contra a empresa, quando os operários faziam a greve contra as condições de trabalho. Agora, o Interdito é contra o piquete, o bloqueio no travessão 27 da Transamazônica. Pela ilegalidade da greve, a Justiça impôs uma multa diária de R\$ 200 mil e pelo Interdito, R\$ 5 mil por dia. A Justiça do trabalho considerou a greve um “abuso ao direito de greve”, justificando que ainda continua vigente o Acordo Coletivo de 2011. Delegou ao juiz de Altamira realizar a “conciliação”.

Os burocratas do sindicato dizem que aguardavam o julga-

mento da legalidade da greve, mas não esperavam que haveria um Interdito ao bloqueio da estrada. Mas, logo que foi dada a sentença, a direção do sindicato se reuniu com o Consórcio para pedir que aguardasse até terça-feira e que as multas fossem suspensas até que pudesse comunicar aos grevistas. Certamente, farão de tudo para quebrar a greve.

A condenação às greves e punição às lideranças têm sido prática corriqueira da Justiça, que se apoia na lei anti-greve. Basta o patrão pedir a ilegalidade para a Justiça conceder e impor multas violentas. Enquanto não ocorrer uma dura luta contra lei anti-greve, os movimentos e os lutadores serão penalizados. A Força Sindical e a CUT se recusam a combater as leis que criminalizam os movimentos, porque são carne e unha do governo e da Justiça.

Defender as greves implica necessariamente o combate às leis anti-greve.

Construir os comitês de greve

Os empresários e o governo estão pela derrota das greves nas obras do PAC. Têm pressa para concluir, uma parte delas está com previsão de término antes da Copa do Mundo. Nas usinas do Rio Xingu e Madeira, os prazos para a geração de energia estão contados. As empreiteiras não cedem às mínimas reivindicações, como a de aumento no vale-alimentação. O objetivo é um só: arrancar elevados ganhos. Daí as violentas jornadas de trabalho, os baixos salários e as condições de alojamento, restaurante e de saúde precarizados. Na mesma obra, há contratos pelas empreiteiras, pelas terceirizadas e até pelas quarterizadas, com salários diferenciados.

Boa parte dos operários vem de outros estados, iludidos com a possibilidade do emprego e de salários melhores. Trata-se de uma massa de trabalhadores, cerca de 45 mil nessas três usinas, que têm dado o sangue para os capitalistas. Como a exploração é crescente, instintivamente estão obrigados a ir à greve. Porém, têm pela frente as direções sindicais burocratizadas, que impedem a unidade grevista nacional.

Para responder à repressão patronal e à Justiça, a criação dos comitês de greve é fundamental. Permite a discussão, a centralização das ações grevistas e é um instrumento valioso quando o sindicato e a central são pró-capitalistas.

As greves na construção civil

Nem bem os burocratas sindicais assinaram o “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção”, estouraram greves por todos os lados. No Espírito Santo, os operários têm enfrentado a empreiteira Mendes Junior, que é contratada pela Petrobrás para a construção do Terminal Aquaviário de Barra do Riacho.

O estopim da greve foi a demissão dos trabalhadores que faziam parte da comissão de negociação e exigência de reajuste salarial de 20%. A data-base é 1º de maio e a empresa se mantém intransigente.

O movimento grevista em Aracruz se espalhou, atingindo as mineradoras Vale e Samarco. Os trabalhadores denunciam que são 15 terceirizadas só na Samarco, fato que se repete na Vale. O sindicato, Sintraconst-ES, prometeu realizar uma assembleia da campanha salarial no dia 1º de maio, em Vitória.

A assembleia deve ser unitária e ter como um dos eixos centrais da campanha o fim das terceirizações e a efetivação de todos os trabalhadores; a readmissão imediata da comis-

são; a reposição das perdas salariais, aumento real de salário. E aprovar o fortalecimento das greves, com ações nas ruas da capital.

Paralisação no Comperj

A greve no Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro iniciou no dia 9 de abril. Até o momento, os 15 mil operários permanecem paralisados. Entre as reivindicações estão: 18% de reajuste salarial, aumento no vale-alimentação, pagamento dos dias parados das greves passada e atual, garantia de emprego e reintegração dos demitidos durante a greve.

O Comperj reúne 24 Consórcios, constituído de grandes empreiteiras. Pagam um piso de fome, R\$ 860,00, oferecem alojamentos e alimentação precários nos canteiros da obra. O descontentamento tem gerado greves frequentes.

A manifestação dos grevistas nas ruas do Rio de Janeiro é também um meio para pressionar os patrões pelo atendimento das reivindicações.

As tarefas do 1º Congresso da Central Sindical e Popular-Conlutas (CSP-C) e dos congressos estaduais da CUT

A CSP-C realiza seu 1º Congresso em fins de abril e a CUT em meados de maio. Ressaltam a tremenda burocratização/estatização da CUT e a constituição da CSP-C resultante de uma cisão no campo cutista. Em 2006, o PSTU concretizou o objetivo de abandonar a CUT. Nesses anos de constituição da Conlutas, um dos maiores fracassos foi o de não contar com a presença da Intersindical, que também se desvinculou da CUT. A unificação não se viabilizou devido à disputa pela direção do aparato recém-criado.

Observamos a atuação decisiva dos partidos no processo divisionista que culminou com a formação de uma dezena de centrais. Atualmente, a CUT se encontra totalmente sob o controle do PT; a Força Sindical, do PDT; a CTB, do PCdoB e a CSP-C, do PSTU. As demais centrais são influenciadas principalmente pelo PMDB (CGTB) e PSD (UGT).

Lembremos que, quando da formação da CUT, o PCdoB esteve unido com a velha burocracia contrária ao nascimento de uma central, sob alegação que era prematuro diante da ditadura militar que ainda governava o País. Porém, foram derrotados. Um enorme impulso do movimento operário a partir das greves do ABC permitiu que a nova burocracia nascente, sob a liderança de Lula, pusesse em pé a CUT. Concomitantemente, constituiu-se o PT, baseado nos sindicatos, particularmente do metalúrgico do ABC.

Praticamente toda esquerda não identificada com o estalinismo (PCdoB), parte dela vinda das cisões ocorridas no PCB (inclusive no PCdoB), do nacionalismo e da ala esquerda da Igreja católica, se uniu em torno da formação do PT. As correntes que reivindicavam do trotskismo se encontravam em processo de reorganização e mesmo de surgimento. A não ser a corrente o Trabalho, vinculada à IV Internacional comandada pela organização francesa OCI (Organização Quarta Internacional), todas as demais aprovaram a proposta de formar um partido de massa apoiado nos sindicatos (O Trabalho logo revê sua posição e mergulha no PT, permanecendo até hoje em suas fileiras).

Das organizações que se reivindicam do trotskismo, a Convergência Socialista, que se tornou no PSTU, é a que mais se potenciou politicamente-organizativamente. Vinculado à Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI) conservou suas raízes originárias no revisionismo encabeçado pelo argentino Nahuel Moreno. A natureza centrada do PSTU – sem programa definido – é típica do morenismo. É importante essa caracterização, uma vez que o centrismo teve espaço para conquistar posições no movimento sindical e estudantil, conquistando uma porção de sindicatos. Esse êxito armou o PSTU como um partido capaz liderar uma cisão da CUT, em um momento de extrema burocratização da central e avanço da política estatizante das direções petistas.

A Convergência Socialista havia sido expurgada do PT e o novo PSTU já não tinha como progredir com seu minoritário aparato sindical no interior da CUT. A integração total do PT no Estado burguês gerou um movimento interno de parte de uma ala da esquerda pequeno-burguesa reformista, que culminou na formação do PSOL. A diáspora petista acabou refletindo no seio da CUT. O PSOL também controlava e controla um pequeno capital sindical. Caminhou no mesmo sentido do PSTU, sem contudo unirem seus aparatos em uma mesma central, mantendo-se a Intersindical. A ausência de um acordo entre o PSTU e PSOL, que disputam suas construções no terreno do centrismo e do reformismo, frustrou o objetivo de constituir uma central de esquerda. É nesse quadro que a CSP-C realiza seu primeiro congresso.

O que esperar? É mais provável que o PSTU o tornará em um motivo publicitário. É o que indica o longo documento básico, que se caracteriza

mais como um balanço exitoso da CSP-C, do que uma tese sustentada por uma coluna vertebral classista e revolucionária. Assim, não terá como discutir e decidir sobre as tarefas centrais colocadas pela crise capitalista. Uma delas, estratégica, consiste em superar o divisionismo que bloqueia o movimento operário e das massas em geral. O documento não tem como responder à centralização nacional das massas exploradas em uma única central operária. Não tem como atacar o estilhaçamento provocado pelo divisionismo burocrático, que resultou em inúmeras centrais. E combater a diretriz de conciliação de classe que domina a situação social e política.

A CUT, Força Sindical e CTB estão empenhadas em apoiar a campanha da Fiesp e CNI em torno de pleitos lançados pelo capital industrial. O proletariado se encontra desarmado para enfrentar a crise e os ataques já prenunciados pelo governo com seu Plano Brasil Maior. A CSP-C está amarrada pelo divisionismo e pelo aparatismo do PSTU. Não pode cumprir a tarefa de quebrar a política colaboracionista das centrais e liderar a luta pela unificação das massas.

Os congressos estaduais da CUT, por sua vez, são extremamente controlados pela burocracia. Não se insurgirão contra a posição de apoiar a campanha da Fiesp/CNI de proteção do grande capital, desenvolvida pela direção nacional da CUT e pelo sindicato metalúrgico do ABC, em conluio com a Força Sindical e a CTB. A classe operária está amarrada de braços e pés pela frente única burocrática pactuada pela CUT, Força, CTB e UGT em apoio aos pleitos das multinacionais e de setores nacionais da indústria, dirigidos ao governo de Dilma. É necessário, portanto, um combate aberto, cerrado e centralizado contra a unidade burocrático-patronal. O que exige da CSP-C uma clara decisão política nesse sentido e a aprovação de um programa de resposta à crise capitalista.

Entenda-se por programa não uma longa lista de reivindicações, que se refere a tudo e a nada ao mesmo tempo. É necessário que se determine uma linha de combate à frente burocrática pró-capitalista e as reivindicações que unificam as massas contra os ataques capitalistas, sob a direção do proletariado. A militância classista tem o dever de rechaçar o divisionismo, o burocratismo e o colaboracionismo.

Em resumo: 1. Rechaçar a frente burocrática pró-patronal de apoio aos pleitos da Fiesp/CNI;

2. Exigir que a CUT e demais centrais rompam com o governo e com o patronato;

3. Chamado a uma frente única de ação dos trabalhadores em defesa dos empregos e salários, sob as bandeiras: salário mínimo vital de R\$ 4.000,00, com escala móvel de reajuste; reposição das perdas salariais; estabilidade no emprego; escala móvel das horas de trabalho. De proteção da juventude: nenhum jovem fora da produção e da escola; jornada de 4 horas no trabalho e o restante nos estudos e lazer. Derrubada das reformas anti-trabalhadoras: retorno das conquistas previdenciárias; fim das medidas de desoneração da folha de pagamento, que os capitalistas paguem integralmente o INSS.

4. Campanha pela derrubada da Lei anti-greve, fim da indústria das multas sindicais e da intervenção policial;

5. Em defesa da autodeterminação dos povos oprimidos, enfrentar a ofensiva das potências sobre os países semicolônias constituindo a frente única antiimperialista, sob a direção da classe operária.

6. Apoio internacional ao movimento operário e popular contra os ataques dos governos burgueses à vida das massas. Defesa das bandeiras de Estados Unidos Socialistas da América Latina e Estados Unidos Socialistas da Europa.

Eleições de delegados para a CUT

Uma farsa para referendar os delegados da burocracia

Na reunião do Conselho de Representantes, que antecedeu a assembleia do dia 20 de abril, a burocracia da Apeoesp colocou na pauta a eleição de delegados para o congresso estadual da CUT. Compararam o presidente estadual da Central e o dirigente do Jornal O Trabalho, Júlio Turra, como membro da CUT nacional. Usando o mesmo mecanismo de eleições passadas, os burocratas propuseram que a Corrente Proletária na Educação/POR fizesse parte da chapa cutista (Articulação e O Trabalho) e renunciasse a apresentação da tese na reunião. Caso houvesse concordância, estaria assegurado o delegado. Caso contrário, após a defesa, haveria a votação e o POR, certamente, seria excluído, em função de sua representação no Conselho. Essa foi uma colocação pública e a decisão negativa implicou a defesa das posições e votação.

A Corrente Proletária centralizou sua intervenção em 5 pontos:

1. Denunciou a farsa da eleição de delegados. A Apeoesp se recusa em convocar os professores para em assembleia se posicionarem em favor das teses apresentadas, respeitando a proporcionalidade dos votos obtidos. A eleição no Conselho de Representantes é a forma do PT conseguir todos os delegados, em função de ter a maioria de conselheiros. O que mostra o quanto a burocratização avançou na Central e o quanto necessita da maioria dos delegados para manter a política de colaboração de classes. Os congressos de base foram abolidos e transformados em congressos de burocracias sindicais. Defendeu os congressos, onde os delegados são escolhidos a partir das teses defendidas.
2. Expôs as consequências da crise mundial e as medidas tomadas pelo governo Dilma. A queda do PIB para 2,7% em 2011, o baixo índice de crescimento da indústria, o aumento do endividamento público e a elevação do parasitismo financeiro são mostras de como a crise vem atingindo o Brasil. Por sua vez, Dilma já aprovou dois planos de proteção aos capitalistas nacionais e estrangeiros, o “Brasil Maior I e II. Mesmo assim, a burguesia industrial e as multinacionais exigem maior empenho do governo para assegurar seus negócios, diante da concorrência mundial aberta com a crise de superprodução. As consequências da crise para os trabalhadores são violentas. Estão aí as demissões, as novas reformas da previdência e trabalhista e o acirramento da lei antigreve.
3. A situação da educação se agrava dia-a-dia. A Lei do Piso, que propõe um salário-base inferior às necessidades dos trabalhadores e uma redução ínfima da jornada em sala de aula, sequer é

cumprida pelos governadores e prefeitos. Haja vista o exemplo de São Paulo que se recusa a cumprir a decisão da Justiça e impõe medidas draconianas para os professores contratados. As inúmeras greves demonstram a disposição de luta, mas enfrentam direções sindicais conciliadoras e apegadas aos métodos da democracia burguesa, entre eles as chamadas “audiências públicas” no parlamento, as intermináveis ações judiciais e as negociações infundáveis em torno do Plano de Carreira. Não há como responder ao arrocho salarial, à destruição de conquistas e à redução da jornada se não se impulsionar a ação direta, unitária, que ganhe as ruas em defesa das reivindicações da classe.

4. A burocratização e a estatização das Centrais se fortaleceram nas últimas décadas. As maiores centrais (CUT, Força Sindical, CTB) apoiam o governo e estão organicamente ligadas aos ministérios e secretarias, organismos de execução da política burguesa. O exemplo mais recente foi a aprovação do documento “Compromisso Nacional” e a Mesa Triparte (governo, patrões e dirigentes sindicais) para conter as greves dos operários de Jirau, Santo Antônio, Belo Monte e de todas as obras do PAC. A luta contra a burocratização implica a construção da fração revolucionária no seio dos explorados. A recusa do PSTU em fazer esse combate resultou em mais divisão. A criação da Conlutas, em nome de uma “nova alternativa”, enfraqueceu o combate à política governista no interior da CUT e de seus sindicatos. A defesa marxista de unidade dos organismos sindicais, portanto, uma única central, continua mais do que nunca vigente.
5. A Corrente Proletária apresenta uma plataforma de luta para enfrentar a crise e defender os empregos e os salários. Faz parte dela: o salário mínimo vital, a escala móvel de reajuste, a escala móvel das horas de trabalho e as conquistas sociais que foram arrancadas dos trabalhadores. Por fim, mostrou a necessidade de pôr fim à lei antigreve que tem condenado os movimentos e ao fim dos assassinatos de camponeses.

Após a defesa da Corrente Proletária, houve a apresentação das posições da Articulação, que se resumiram em enaltecer a CUT. A votação confirmou o que dizemos acima.

Depois do ocorrido, o PCO reivindicou a participação no congresso. A burocracia novamente enfatizou que se abdicasse da defesa teria 2 delegados. O PCO não hesitou, renunciou a defesa e assegurou os dois delegados. Uma capitulação sem tamanho.

Professores São Paulo

PT, PCdoB, PSTU e PSOL defendem assembleia para o final do semestre

A assembleia dos professores, realizada no dia 20/04, revelou a tendência da diretoria da Apeoesp em conter os instintos de luta de uma parcela da classe. Apesar de não se massiva, havia a disposição de luta. Porém, a burocracia, mesmo sem haver qualquer resposta do governo às reivindicações, propôs uma trégua. Defendeu que houvesse uma assembleia somente no dia 15 de junho. Fez discursos responsabilizando os professores pela pouca presença na assembleia e caracterizou que nesse semestre não havia tendência para novas paralisações.

A assembleia do dia 16 de março, fruto do calendário da CNTE de luta nacional pela conquista do Piso Salarial Nacional e da diminuição da jornada, levou ao Palácio dos Bandeirantes mais de dez mil professores. A diretoria mentiu para a classe dizendo que o governo havia sinalizado, por telefone, com a proposta de negociação sobre a jornada de trabalho (parcelamento até 2014), solução dos problemas dos professores de categoria O, a devolução dos 5% da GAM que foi utilizado como parte do reajuste salarial e outras migalhas. A diretoria colocou que o governo estava disposto ao diálogo. Juntamente

com corrente Oposição Alternativa, onde o PSTU é majoritário, a diretoria propôs uma nova assembleia para o dia 20/4.

Nesta assembleia, a diretoria foi obrigada a desfazer as mentiras. O governo não apresentou nada na tal da negociação. Mesmo assim, argumentou que a assembleia deveria ser em junho. Os professores indignados vaiavam os burocratas. Para derrotar as propostas de setores da Oposição, a burocracia precisou contar com a ajuda do PSTU e PSOL. O PSTU fez um discurso inflamado contra o governo para concluir com a proposta de trégua até junho. Sem essa ajuda, os burocratas seriam derrotados na assembleia.

Posição da Corrente Proletária da Educação

Na assembleia do dia 16/3, que foi realizada após dois dias de paralisação, a Corrente Proletária defendeu uma nova assembleia no dia 30/3. Que a classe não deveria dar tempo ao governo, pois a pauta de reivindicação já era de conhecimento da Secretaria. No entanto, a

Natal:

PSOL trava a continuidade da formação da Frente de Esquerda em Natal

Lembremos que foi instalada a plenária de constituição da Frente de Esquerda em Natal para intervir nas eleições, com a presença do PSTU, PSOL, POR, coletivos e independentes. O primeiro conflito se deu em torno do caráter das plenárias (seminários). O PSTU não aceitou que deliberassem sobre o programa e as candidaturas. Defendeu que apenas homologassem as propostas e os acordos que fossem estabelecidos por uma comissão, compostas por todas as forças. Admitia que alguma divergência programática fosse discutida e votada, mas como complemento aos pontos de consenso. Quanto às candidaturas, estas seriam apresentadas tal como foram configuradas na comissão.

Ocorre que o PSTU já tinha imposto seus nomes e cargos para constituir uma frente com o PSOL. A Frente de Esquerda para os morristas consistia em se reunir com o PSOL, negociar as candidaturas e um programa mínimo de consenso. Mas ao PSOL não pareceram convenientes as exigências do PSTU. A proposta de se discutir programa e candidaturas em um “seminário” somente prosperou devido ao impasse entre esses dois partidos legalizados e com condições, portanto, de se apresentarem nas eleições municipais.

O PSTU compareceu no começo para não se mostrar como ultimista. Cumprido esse objetivo, abandona em seguida as discussões. Não se pode desconhecer que foi um golpe no processo de constituição da Frente de Esquerda, que recém-começava. O PSOL ficou numa situação incômoda porque seu objetivo era se unir ao PSTU. Não via razão para permanecer em uma Frente com o POR, que não é legalizado, e que trabalhava por um programa revolucionário completamente estranho ao do PSOL. O POR, por seu lado, também se deparou com uma situação difícil, uma vez que suas posições programáticas e táticas são antagônicas ao reformismo.

O que fazer? Caminhar ou retroceder? Certamente, esse dilema deve ter sido motivo de discussão no PSOL. O POR concluiu o seguinte: o PSTU não rompeu a Frente que não chegou a se conformar, mas rompeu com a democracia das plenárias, por meio da qual se discutiria criticamente as posições e se decidiria pelo voto de maioria e minoria. Caberia aos partidos acatarem organizativamente as decisões, de forma que a Frente se apresentasse nas eleições com candidaturas e com uma política independente dos partidos da burguesia. Para que assim ocorresse e não se desfigurassem os aliados eleitorais, seria garantido o direito de crítica e de campanha.

diretoria, com a ajuda da Oposição Alternativa, defendeu o dia 20/4. Está aí mais uma colaboração do PSTU e PSOL.

Na assembleia do dia 20/4, a Corrente Proletária se posicionou pela paralisação no dia 11/5, precedida de uma campanha nas escolas em torno das reivindicações e o descaso do governo. Justificou que não havia nenhuma proposta do governo e que a diretoria estava enrolando os professores. Defendeu que era preciso se colocar pela greve. Apesar de não ter maioria na assembleia, a proposta foi bem votada.

Certamente, se esse quadro não modificar, o governo continuará de mãos livres para manter o arrocho salarial, os contratos extremamente precarizados e sua política de corte de direitos. A única saída é preparar para a luta. O que implica organizar as escolas para que haja uma assembleia massiva, disposta a enfrentar as medidas de Alckmin e combater os burocratas que estão na direção do sindicato.

O POR avaliou que uma Frente de Esquerda, ainda que não completamente definida pelo programa proletário, nas condições de luta contra a oligarquia e de profundo atraso de consciência dos explorados, seria progressiva. Não obstante, essa Frente deveria ser resultado do embate programático, de forma a deixar claras as divergências e os limites de classe entre os partidos que a comporiam. Um acordo de cúpula que abolisse a luta política pela definição programática seria oportunista e aparelhista. Não poderia cumprir um papel progressivo de avanço da vanguarda. Imperaria o eleitoralismo, pelo qual se guiam tanto do PSTU centrista, quanto o PSOL reformista.

O POR decidiu ir até o fim na formação da Frente de Esquerda, enquanto todos tivessem submetidos à democracia das plenárias e do direito de crítica. A ruptura do PSTU com a democracia do seminário concluía em sua liquidação, caso o PSOL e o POR decidissem interrompê-lo. Tomamos a firme decisão, por mais contraditória e difícil que fosse, de permanecer na Frente debilitada e atuar com ela nas eleições, com as candidaturas do PSOL e eventualmente do POR, se encontrássemos uma forma de driblar o legalismo burguês. Porém, o PSOL tomou o sentido contrário. Está por dissolver a Frente, depois de a militância ter se reunido em quatro plenárias. A forma encontrada não foi a de dizer: “companheiros do POR, somos incompatíveis programaticamente, temos posições muito distintas quanto à concepção e tática eleitorais e vocês não são legalizados, portanto não queremos mais prosseguir com as plenárias”. Seria melhor assim e mais honesto!

O POR tem em conta a honestidade e a lealdade nos compromissos assumidos com os aliados, certamente alicerçados na crítica e autocrítica. Pois bem, na quarta plenária, o PSOL defendeu que se homologasse uma plataforma eleitoral de consenso. Exatamente o que pleiteava o PSTU. Dissemos, não! Participamos da comissão de sistematização dos pontos, mas não para acertar os ponteiros, omitir as divergências e entregar um pacote pronto para a militância dizer “amém”. Caso fosse possível um programa inacabado, mas proletário, revolucionário, socialista, certamente iríamos submetê-lo à discussão crítica, às mudanças e, enfim, defendê-lo. Mas não foi possível alcançar esse acordo na comissão. Era dever, portanto, do PSOL e POR exporem com franqueza suas fronteiras e decidirem em plenária se era possível concretizar a Frente. Não foi o que aconteceu.

O POR teve de defender que se votasse se o programa seria decidido ou não pela plenária, sobre a base de posições, defesas e votação. Fomos à decisão: ganhou que se deveria discutir todas as propostas e que fossem votadas. Tivemos cinco minutos para expor nossa proposta. Ninguém mais apresentou bases programáticas. Assim, a discussão se centralizou nas críticas ao programa apresentado pelo POR. Que assim fosse, mas que resultassem em propostas concretas. Argumentos como o de que o nosso programa “não dialoga com as massas” ou que “é abstrato e que a população não entende” não fizeram senão ocultar a proposta eleitoralista e reformista do PSOL.

Seria muito positivo caso a militância analisasse os fundamentos, os princípios, as caracterizações, as bandeiras e as tarefas apresentadas por nós e os comparassem com os apresentados pela comissão, que expressavam claramente as formulações reformistas do PSOL. Tomemos apenas a tese da democratização do Estado. O POR afirma que não é possível colocar nenhuma esfera do poder estatal sob o con-

trole e influência dos explorados, uma vez que o Estado é a expressão acabada da ditadura de classe da minoria capitalista sobre a maioria. Assim, dizemos que é ilusório defender a democratização da prefeitura, por meio de eleições. O correto seria ter discutido as diferenças e os antagonismos programáticos.

No processo de discussão, o “coletivo de professores universitários acusou o POR de querer implodir a Frente. Tudo ficou claríssimo. O PSOL não assumia de fato e honestamente a democracia da plenária. Já não queria decidir nada. Votou-se por convocar uma outra plenária, para o dia 21 de abril. O PSOL levou a sério sua convocação? Não! Alegou que não encontrou um lugar, sem sequer tentou avisar o POR, que certamente lhe apresentaria uma alternativa. A conclusão dessa experiência é que o centrismo e o reformismo fazem da tática da Frente de Esquerda um aparato circunstancial para se projetar eleitoralmente e que não se colocarão por uma frente revolucionária regida pela democracia operária.

Pressão da Prefeitura e do sindicato municipal faz aprovar proposta rebaixada em Ilhabela – SP

Passado um mês desde o início da mobilização, foi realizada no dia 23 de abril a assembleia que selou o acordo entre Prefeitura e professores do município de Ilhabela/SP. Apresentado e defendido pelo SindServ (notificado pelo Juiz do Trabalho a representar os professores), o acordo da prefeitura era pagar apenas 50% sobre o prejuízo que os professores teriam depois de anunciado o não mais cumprimento da jornada da Lei do Piso.

Essa proposta já havia sido feita anteriormente. A assembleia de professores a havia rejeitado em março. Agora veio adocicada com a promessa de renovação dos contratos por mais um ano e reposição dos dias parados. A prefeitura de Ilhabela foi obrigada a ceder diante da perspectiva de derrota que a própria justiça lhe apresentou em audiência sobre o dissídio coletivo.

A Apeoesp do Litoral Norte, embora tenha participado desde o início, com o Conselheiro Estadual da Corrente Proletária, não foi citada no processo. O que obrigou a que o sindicato municipal, até então morto, se prontificasse a entender o que estava acontecendo e se colocasse por costurar o acordo com a prefeitura. Para isso, era obrigatória a realização de nova assembleia.

Unânime nas falas dos professores foi a ideia de que nenhum acordo poderia ser aceito se não estivesse condicionado à retirada dos processos administrativos contra quatro professores da escola do Conselheiro Estadual da Apeoesp. Na assembleia foi indicada a disposição do sindicato estadual de continuar apoiando os professores e foi lida a moção do Sinpeem, sindicato da rede municipal da capital,

de apoio e solidariedade aos processados e ao movimento.

Os membros da Corrente Proletária, bem como outros professores integrantes da comissão de negociação, defenderam os 100% da Lei do Piso, quanto à jornada, rechaçando novamente a proposta da Secretaria de Educação. Entretanto, a maioria dos professores votou a favor da proposta apresentada pelo advogado do SindServ, porque se pautaram na própria chantagem da prefeitura: renovação dos contratos e possibilidade de retirada dos processos.

O resultado final da assembleia foi esse: aceitar os 50% a mais da jornada extraclasse para esse ano, 75% para o ano de 2013 e 100% para o ano de 2014. Além disso, na contraproposta foi ressaltada a retirada imediata dos processos, a renovação dos contratos (sem passar por novo exame psicológico – que objetiva apenas excluir os “indesejados” pela prefeitura) e a reposição dos dias parados.

A experiência desse movimento foi válida para os professores, porque mostrou ao governo dessa cidade, como das cidades vizinhas, a força que os trabalhadores têm quando unidos e lutando por meio das assembleias, das paralisações, ou seja, utilizando os métodos da ação direta.

Não é certo que a prefeitura aceite todos os termos aprovados na assembleia. No entanto, os professores da cidade já sabem que, se não os aceitar, novas assembleias, panfletagens e paralisações podem ocorrer. O que não descarta, portanto, nossa intervenção e atuação sobre o conjunto do professorado, através de novas reuniões e atividades políticas. Continuaremos a defender a aplicação imediata da Lei do Piso nessa e em outras cidades em que atuamos.

Bahia

Professores estaduais resistem contra as ameaças da justiça e do Governo Wagner (PT)

A greve dos professores da rede estadual de ensino da Bahia foi deflagrada em 11 de maio deste ano contra a política do governo de Jaques Wagner (PT), que não pôs em prática um acordo realizado com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Bahia (APLB) em novembro de 2011, que previa a concessão do reajuste de acordo o piso nacional a todos os professores do ensino fundamental e médio. A greve foi decretada ilegal em 13 de abril, sendo que a justiça burguesa aplicou uma multa diária de R\$ 50 mil. Wagner ameaça com corte

de pontos e salários e já pediu a lista dos grevistas aos diretores de escolas.

O MEC prevê um reajuste pelos governos de 22,22% sobre o valor do piso de 2011, que era de R\$ 1.187,00, passando a ser, em 2012, R\$ 1.451,00. Dessa forma, os professores exigem um reajuste de 22,22% a todos os professores do ensino fundamental e médio, sem distinção. Ocorre que o governo Wagner, fazendo outra interpretação do acordo firmado, decidiu conceder aos professores o mesmo reajuste de todos

os servidores estaduais de 6,5%. A Assembleia Legislativa da Bahia aprovou a lei 19.778/2012 com o referido reajuste, apesar dos protestos dos professores no plenário.

A APLB – Sindicato, filiado à CTB, é dirigido pelo PCdoB há décadas, que se mantém na direção de forma burocrática, de modo que as eleições são puramente formais, pois, de fato, a direção utiliza de todos os artifícios e fraudes para se manter à frente da organização. Tanto o PCdoB quanto a CTB são parte da base de sustentação dos governos de Lula, Dilma e Wagner do Partido dos Trabalhadores (PT). Durante todos esses anos de governos petistas, se manteve submissa à política governamental, participando das mesas setoriais. Nas últimas eleições, com o descontentamento da base, formou-se uma frágil oposição constituída por militantes do PSOL, PSTU e independentes, que se potencializou obtendo 80% de votos em Salvador, perdendo no interior do Estado, por conta das fraudes da direção. Ocorre que, com a atual greve, a diretoria tem procurado se legitimar novamente, criando uma falsa imagem de que é combativa e que se opõe à política educacional de Wagner. A oposição (PSOL, PSTU), por outro lado, não consegue se diferenciar e travar uma luta no interior da base a partir de um programa proletário.

A Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) participou no dia 18 de abril da manifestação na Assembleia Legislativa da Bahia, com intervenção, denunciando o governo Wagner pela truculência e criminalização contra os movimentos sociais e as greves na Bahia, como

Regional da Bahia

A oposição à direção conciliadora da Apub se reorganiza na UFBA

A oposição à atual direção do sindicato dos docentes da Universidade Federal da Bahia (APUB) conseguiu se reorganizar e começa, de fato, a travar a luta em defesa da universidade pública contra a política de conciliação de classes e de defesa da política do governo federal de Dilma (PT) colocada em prática pela direção colaboracionista do sindicato. No dia 19 de abril a Faculdade de Educação da UFBA paralisou suas aulas e realizou atividades durante todo o dia culminando com uma plenária aberta. As atividades iniciaram logo cedo com um piquete na porta da faculdade, seguida de uma tribuna livre. Tivemos um debate sobre o movimento dos professores e a precarização e intensificação da atividade docente. No turno da tarde, foi feita uma discussão sobre o Funpresp (previdência dos servidores) e a assembleia puxada pela base.

Um dos aspectos importantes foi o debate sobre o movimento docente, particularmente a análise histórica do quadro de greves dos professores das universidades federais desde 1980 até os dias atuais. Percebe-se que, na década de 80, a categoria realizou sete (7) greves nos anos de 1980, 1981, 1982, 1984, 1985, 1987 e 1989 com importantes pautas de reivindicações e reposição de 64,8%, bem como a aposentadoria integral, com resultados de reposição de 75,06% em 1985, a progressão horizontal e outras importantes conquistas. Na década de 1990, tivemos quatro (4) greves, 1991, 1993, 1994 e 1998, com uma pauta de reposição de 144,88% e abertura de concursos.

Nos anos 2000 tivemos apenas duas greves: uma em 2000 e outra em 2001, última greve em nível nacional da categoria. Esta greve durou 108 dias contando com adesão de 51 IFES, contra a lei do emprego público (Lei nº 9962 de fevereiro de 2000), disciplinando o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta autárquica e fundacional, por reajuste salarial, contratação de professores

ocorreu com a greve dos policiais e agora com os professores, manifestamos todo apoio aos professores e divulgamos o trabalho de reorganização da oposição na Universidade Federal da Bahia contra a política conciliadora da atual direção do sindicato APUB. O diretor do sindicato APLB, Rui Oliveira (PCdoB), neste dia, mostrou o seu caráter estalinista, decidindo por conta própria os destinos do movimento grevista, passando por cima da base. A Assembleia, neste dia, foi ocupada por uma parcela dos professores.

No dia 19 de abril, houve uma plenária da oposição dos professores da APUB – Luta da UFBA, em que foi aprovada uma moção de apoio à greve dos professores estaduais, sendo a moção entregue no dia 20 de abril, numa manifestação na Assembleia. No dia 24 de abril, a Corrente Proletária participou da reunião da oposição dos professores estaduais, fazendo intervenções no sentido tanto de apoiar e fortalecer a luta quanto chamar a oposição a ter firmeza e se diferenciar completamente da direção burocrática que dirige unilateralmente a greve.

A greve continua e entra numa fase em que ou se potencializa para enfrentar Wagner e impor suas reivindicações ou recuará e será derrotada. Se depender da política da direção e do PCdoB não haverá vitória. Quanto à oposição, deve assumir um programa de luta, proletário, diferenciar-se da direção conciliadora e se colocar firmemente a frente do combate. Viva a luta dos professores estaduais! Abaixo a criminalização, a lei anti-greve e as ameaças do governo Wagner (PT)! Que o governo atenta imediatamente as reivindicações da categoria!

e incorporação de gratificações, obtendo como resultado a retirada do referido projeto lei e abertura de concurso público. Nesses lampejos históricos do movimento docente desde a década de 1980, considerada perdida para o capital, percebemos que, para as lutas sociais no Brasil, foi um período de ascensão da luta de classes. Já faz mais de uma década que a categoria não faz nenhuma greve. Desde que o governo Lula assumiu a gestão do estado burguês, estatizando os sindicatos. De outro lado, tivemos um brutal processo de burocratização da CUT e de outro a política divisionista do PSTU, criando a CONLUTAS, abrindo as possibilidades para outras rupturas.

Temos hoje vários motivos para decretar a paralisação: o acordo assinado pelo governo em 26 de agosto de 2011 com prazo já expirado em março de 2012, a precarização do trabalho docente, a expansão desordenada do REUNI, congelamento de salários, criação de fundações privadas, desagregação das universidades e outros ataques brutais à categoria.

Nos dias 21 e 22 de abril, ocorreu uma reunião das IFES contando com a participação de 48 representantes de 35 seções sindicais do ANDES. Já foi protocolada a pauta de reivindicação da campanha salarial de 2012. Nessa reunião, foi informado sobre dureza e inflexibilidade com que o governo Dilma tem tratado as entidades de servidores públicos federais, que compõem o Fórum das 31 entidades dos servidores públicos federais que têm apostado nas mesas de negociações permanentes frente as suas pautas de reivindicações, negando de antemão qualquer índice de revisão remuneratória, provocadas por vários anos pelas perdas salariais e corrosões inflacionárias.

Foi aprovada nessa reunião um plano de luta para a categoria docente, dentre elas destacam-se datas de indicativos de greve nacional para o mês de maio entre 15 e 17; campanha salarial 2012; reestrutura-

ção da carreira docente prevista no acordo 04/2011 descumprida pelo governo, com valorização do piso e incorporação das gratificações, valorização das condições de trabalho docente nas IFES, rodadas de assembleias gerais, em 12 de maio a instalação do comando local e nacional de greve e 17 de maio a deflagração da greve nacional. Por outro lado, o PROIFES governista confunde a categoria com pautas rebaixadas e se opõe ao indicativo de greve. A política reformista e governista do PROIFES tem fortes ressonâncias no nosso sindicato que está filiado ao referido organismo em nível nacional, porém, a questão de desfiliação do ANDES está em situação de litígio, devido a graves vícios encontrados no processo.

Reavivamos nossa frágil oposição, que estava completamente dividida, pois alguns militantes desejavam formar uma nova seção sindicato do ANDES e outros fortalecer a oposição e derrotar a burocracia sindical petista da APUB. Realizamos duas paralisações na Faculdade de Educação nos dias 19 e 25 de abril com uma programação de luta que armou a oposição. Fizemos panfletagens nos Institutos da UFBA que não paralisou, pois havia um direcionamento da dire-

Rondônia

Paralisação nacional dos servidores públicos federais

Nessa paralisação nacional, a Corrente Proletária interveio reafirmando a defesa da unidade nas lutas de todos os explorados e trabalhou pelo êxito do movimento.

A direção do Sindsef/RO, sob a direção da chapa “Sindicato é Pra Lutar”, reforçou o dia 25 de abril. Porém, implementou atividades regionais, em locais fechados e repletos de discursos. A Corrente Proletária interveio mostrando a importância da paralisação e das manifestações de rua e criticando a forma encaminhada pela direção, que se recusou a organizar as caravanas para as regionais do interior comparecem à mobilização na capital.

A paralisação nacional é um fundamental para a luta dos servidores. Mas, no caso de Rondônia, as 21 regionais do Sindsef, se enclausuraram. Ao invés de organizarem manifestações de rua com o objetivo de denunciar as péssimas condições de ensino e trabalho, prevaleceu o corporativismo de seus dirigentes. Com isso, a paralisação se limitou aos meros debates, regados com café da manhã e almoço. A assembleia acabou cumprindo apenas o papel de formalidade para o evento.

A posição da Corrente Proletária foi de defesa da organização da greve geral unificada dos servidores públicos federais, sendo o dia 25 de abril como um dia de luta de organização da greve nacional. Desta-

Rondônia

Municipais: Retomar a luta nas ruas para arrancar as reivindicações

Qual foi a consequência da suspensão da greve?

Depois da greve, com o retorno às escolas e com o contracheque nas mãos, os trabalhadores da educação perceberam que foram ludibriados pela direção do Sintero. Bastou comparar os contracheques (mês atual e os do passado) para ver que o reajuste foi insignificante e que tinha ocorrido um golpe com a retirada dos quinquênios. Por fim, a burocracia do sindicato havia concl-

ção do Sindicato contrária a da oposição que era apenas mobilização, portanto, os docentes não deviam paralisar suas atividades segundo a nota do sindicato de última hora. Nas passagens em sala sentimos o nível de insatisfação da base com a direção petista do sindicato.

A intervenção da oposição focou na crítica ao imobilismo da direção (PT) e na política rebaixada e festiva que a diretoria vem adotando, inclusive intimidando a oposição com ameaças jurídicas. Hoje, a política sindical sai do terreno da luta de classes para a conciliação, da ação direta para as mesas de negociações, das assembleias para facebook, do mecanismo político para o jurídico, de reivindicações avançadas para uma política rebaixada de cumprimento de lei por causa do domínio do reformismo petista. Porém, a oposição mostra a possibilidade de inversão dessa situação com a intensificação da luta de classes. Vamos fortalecer a APUB-LUTA oposição sindical com a construção do trabalho de base, a plenárias abertas, boletim da oposição e a defesa da política revolucionária para o sindicato. Oposição revolucionária ao governo Dilma! Fortalecer a oposição com o trabalho de base entre professores, docentes e servidores! Em defesa da universidade pública!

cou as consequências da crise econômica mundial sobre os servidores brasileiros e a necessidade da unidade com o conjunto dos explorados para impor as reivindicações e impedir que os governantes continuem sucateando os serviços públicos, arrochando os salários e destruindo os direitos. Ressaltou, também a importância da greve unificada para pôr fim às terceirizações e a mercantilização do ensino.

PLCs são de arrocho salarial e destruição das aposentadorias

O Projeto de Lei Complementar (PLC 549/09) congela os salários dos servidores públicos federais por 10 anos e o Projeto de Lei Complementar PLC 2/2012, que substitui o PLC 1992/2007, privatiza a previdência dos servidores públicos federais, instituindo o Fundo de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais (Funpresp). Representa, portanto, um violento ataque do governo Dilma sobre os servidores federais.

A derrubada dos projetos de lei é uma tarefa importante. Cabe às direções nacional e estaduais organizarem uma paralisação massiva e de luta para pôr abaixo essas medidas. É preciso levantar a bandeira de um único sistema de previdência, estatal, sob o controle dos trabalhadores. Fim de todo o sistema privado.

mado que desse um prazo para a Justiça decidir. Tudo não passou de um imbróglio.

Essa é uma dura lição. A suspensão da greve em nome da confiança à Justiça e ao governo. A Justiça e os governos estão para defender os interesses da classe dominante. Portanto, a Justiça não é neutra. Os governos só abrem cofres para dar subsídios aos capitalistas. Não por acaso, impera o arrocho salarial e a destruição de direitos.

Organizar a luta

Os trabalhadores para defenderem o salário, o emprego e as conquistas precisam sair às ruas, paralisando as escolas e ganhando o apoio dos explorados. Não há outro caminho.

Uma parcela da classe permanece receosa diante de uma greve. Há uma enorme pressão governamental contra os movimentos sociais. Por isso, essa parcela tem receio com o julgamento ilegal da greve, com o não pagamento dos dias parados, com o terror das demissões e outros problemas do mesmo tipo. A direção do sindicato, ao invés de combater todos esses receios, alimenta insegurança. Um dos exemplos é o de cumprir os prazos exigidos pela Justiça para iniciar uma greve.

Mas as condições objetivas falam mais alto. Os salários permanecem minguados, as jornadas de trabalho são violentas, as salas de aula superlotadas, os direitos estão sendo retirados e há uma crescente elevação do custo de vida. Daí a necessidade de ir à luta.

Rio Grande do Norte

Governo decreta “estado de emergência”

Dos 167 municípios do Estado, 139 solicitaram da governadora Rosalba Rosado (DEM) a decretação da situação de emergência em virtude da seca. Realmente, de acordo com os técnicos da instituição de meteorologia do Rio Grande do Norte, apenas ocorreram 30% das chuvas que eram esperadas neste período inicial do ano. Carros pipas do exército já atendem 72 municípios, o que demonstra um quadro verdadeiramente grave no Estado.

O problema é que várias pesquisas já foram realizadas na Universidade Federal no Estado, UFRN, como de Itamar de Souza e Dalcy, demonstrando a seca como uma indústria de arrecadação de recursos do Estado pelos municípios. Essas pesquisas mostram, por exemplo, que vários poços e açudes foram construídos em propriedades privadas, mantendo, por-

Nesse sentido, a Corrente Proletária defende a realização de uma assembleia, amplamente convocada, para aprovar o retorno à mobilização. Ao mesmo tempo, faz campanha pela defesa das condições físico e mentais dos trabalhadores, por meio de um programa de reivindicações de proteção da força de trabalho. Eis os seus principais pontos:

- 1) Retorno imediato do quinquênio e pagamento dos percentuais que faltam no contracheque;
- 2) Salário Mínimo Vital (R\$4.000,00);
- 3) Trabalho igual – Salário igual;
- 4) Escala Móvel das Horas de Trabalho;
- 5) Independência do sindicato frente aos governos e partidos burgueses;
- 6) Fim das leis que destroem conquistas; direito irrestrito de greve e manifestação dos trabalhadores.
- 8) Fim da lei anti-greve, que instituem as multas aos sindicatos e a punição aos grevistas;
- 9) Por um sindicato classista e independente;

tanto, a situação de seca. Inocêncio de Oliveira era um dos políticos de nome nacional que estava vinculado a esse tipo de favorecimento. Os governantes mantêm essa situação para poder arrecadar recursos públicos das instituições seja estaduais e/ou federais.

Neste sentido, é estranho que em ano eleitoral os municípios do Rio Grande se sintam atingidos pela seca. E a governadora solicitamente esteja pronta para atender os reclames dos prefeitos.

A seca no Rio Grande do Norte é utilizada pelos governantes da burguesia no Estado para se locupletarem e para fazer caixa eleitoral. O fim da seca dar-se-á com o fim dos latifúndios, salário vital para os trabalhadores e o apoio com financiamento e técnicos aos camponeses pelo governo operário-camponês.

Paraíba

Encontros Estudantis tiram planos de luta para próximo período

De 20 a 22 de abril ocorreram dois encontros estudantis na Paraíba: o 3º Seminário Universidade Brasileira (SUB), nos três dias, e a Assembleia Estadual da Anel, na tarde do dia 21 de abril.

O primeiro evento foi convocado em nome dos DCEs da UEPB e UFCG, UNE e UJR (União da Juventude Rebelião). Na prática, foi um encontro do PCR (Partido Comunista Revolucionário) que dirige os DCEs citados, ocupa a primeira vice-presidência da UNE e do qual a UJR é parte. Nas mesas só havia integrantes deste partido, com exceção da reitora da UEPB, candidata à prefeitura pelo PCdoB. O encontro reuniu cerca de 120 estudantes de Pernambuco, Alagoas, Ceará e Paraíba, muitos deles dos campi do interior. Apesar de pautar o debate sobre os grandes problemas da juventude brasileira, privilegiou atividades festivas e culturais, atrasando ou eliminando momentos de debate.

Na plenária final, foram apresentadas resoluções para o movimento estudantil no próximo período. Nas formulações, prevaleceu a concepção de defesa da Universidade Popular e Revolução Popular,

caracterizações que permitem a ilusão de que é possível reformar a universidade no capitalismo e que dissolvem o proletariado em meio ao “povo”, indiferenciando o papel de direção da classe operária e a necessidade de que o movimento estudantil se coloque sob a estratégia da revolução e ditaduras proletárias.

A Corrente Proletária na Educação atuou lançando um boletim com contribuições ao 3º SUB, montou banca com materiais e defendeu os seguintes pontos para a plenária final: 1) que se faça uma campanha nacional contra a Mercantilização, Privatização e Desnacionalização da Educação; pela estatização sem indenização da rede privada de ensino e criação de um sistema único, público, laico, gratuito, autônomo e vinculado à produção social. 2) Pelo fim do Vestibular, defesa do acesso irrestrito ao ensino superior. 3) Que seja garantida a permanência dos estudantes por meio do Passe Livre, ampliação e construção de novos R.U.s, gratuidade da alimentação e fim das terceirizações, Residências Estudantis para todos estudantes que queiram morar nelas; 4) Denúncia da ingerência do governador na UEPB e luta

contra os programas e medidas privatistas, precarizadores e antiautonomistas como o REUNI, ENADE, EaD, etc.; Defender a autonomia como autogoverno da comunidade universitária com soberania das assembleias gerais universitárias, voto universal, fim da lista tríplice e co-governo; 5) Contra a Privatização dos H.U.s por meio da adesão à EBSERH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), contra as taxas, cursos pagos e fundações; 6) Pela independência do Movimento Estudantil perante os governos, partidos burgueses e pró-burgueses e burocracia universitária; 7) Pelo fim da obrigatoriedade da carteira estudantil para o acesso à meia passagem e meia entrada em eventos culturais. Que os estudantes decidam em assembleia como financiar o movimento de forma voluntária e consciente, compreendendo o autofinanciamento como parte da independência política; 8) Contra a repressão e criminalização aos movimentos estudantil, sindical e camponês, denunciar os assassinatos de lutadores: Josivan, operário de Jirau, 24 anos (13/02); Valdir Dias Ferreira, Nilton Santos Nunes da Silva e Clestina Leonor Sales Nunes, líderes do MLST (23/03); Dinhana Nink, camponesa de 27 anos (31/03); professor Renato Nathan Gonçalves Pereira, de 28 anos, da Liga dos Camponeses Pobres. Constituir Tribunais Populares para punir os assassinos e mandantes. 9) Que o movimento estudantil lute pelo fim do capitalismo e pela revolução proletária.

Destas propostas, apenas a de fim da carteirinha foi derrotada na votação, conquistando poucos votos de simpatizantes do PCR, com o argumento de que não é possível fazer movimento sem o dinheiro da cobrança compulsória. As demais propostas foram aceitas, ainda que modificadas parcialmente, com o enxerto da defesa da revolução popular e Universidade Popular. A integrante da Corrente Proletária na Educação fez uma declaração de voto afirmando que as resoluções aprovadas permitiam a atuação frentista e que diante da inviabilidade de se discutir ali as diferenças quanto aos conceitos sobre a Universidade e Revolução, pois havia grande pressão para que a plenária se encerrasse e as delegações pudessem voltar a seus estados de origem, este debate deveria continuar nos espaços do movimento estudantil.

ANEL-PB

A Assembleia da ANEL juntou cerca de 20 estudantes, todos de João Pessoa. Na pauta constavam os seguintes pontos: Eleição de delegado para o Congresso da CSP-Conlutas, resoluções sobre opressões e educação pública e eleição da secretaria executiva da ANEL-PB. Na abertura da assembleia foi feita a explicação da origem da ANEL

e Conlutas e um lançamento da cartilha GLBT da ANEL. Os integrantes da mesa eram do PSTU ou simpatizantes. Apesar da restrição ao tempo de fala, foi possível explicar que as origens destas entidades não partiram das massas trabalhadoras e estudantis, mas sim de uma política do PSTU de criar um aparelho próprio, adaptando-se à reforma sindical. Debates que a estatização e burocratização das organizações de massa são fenômenos políticos e que é preciso derrotar a burocracia da CUT e UNE que se mantém não só por meios burocráticos, mas principalmente pelas ilusões das massas no reformismo. O dirigente estudantil respondeu que a prova de que a criação da ANEL era um acerto era que um militante “que não a constrói” poderia falar. Tal argumento foi repetido diversas vezes ao longo da tarde como se a participação de quem não concorda com a divisão fosse uma concessão. Após uma breve discussão em grupos, em que o tempo foi racionado devido ao atraso no início das atividades e indisposição dos coordenadores em permitir um livre debate, deu-se início à plenária. No primeiro ponto, a eleição de delegados para a Conlutas, pedimos informe, pois um militante do PSTU havia dito, fora da plenária, que o delegado já havia sido escolhido e a passagem já estava comprada, cabendo à plenária apenas deliberar. O dirigente estudantil do PSTU que coordenava a mesa afirmou que não colocaria isto em debate, pois o questionamento vinha de alguém que “não constrói a ANEL”. Apresentou que qualquer um ali poderia se candidatar, desde que tivesse a carteirinha da ANEL (que custa R\$10) ou compusesse a executiva, que ainda não existia, mas seria eleita no terceiro ponto. Argumentamos que tal debate era importante, pois indicava uma prática burocrática. A votação foi feita e nos abstermos, fazendo uma declaração de voto sobre a recusa de se demonstrar que a eleição não havia sido feita antes da Assembleia. Nas resoluções, as propostas da Corrente Proletária na Educação foram aprovadas (semelhantes às apresentadas no SUB), assim como propostas de combate à homofobia.

Balanço

A atuação nestes dois encontros mostrou que a fala do PSTU de que a UNE é uma casca vazia não se sustenta. Além da direção da maioria dos universitários que estão nas privadas, o seminário do PCR mostrou sua presença nas universidades do interior dos estados nordestinos. Houve a possibilidade de intervir nos dois encontros, apesar do limitado espaço de discussão em ambos e do privilégio de fala aos dirigentes das correntes que hegemonizavam os eventos. A tarefa para o próximo período é utilizar os planos de lutas aprovados para impulsionar o movimento estudantil nas universidades.

Boletim da Corrente Proletária Estudantil – Fortaleza/CE Balanço da “eleição” para Reitor da UECE:

O terrível erro do movimento estudantil em avalizar a farsa da consulta!

No dia 11 de abril, ocorreu a “eleição” para Reitor da UECE. A eleição (na verdade uma *consulta*, já que após o escrutínio formou-se uma lista tríplice a ser enviada ao governador que escolhe, de fato, o Reitor) teve três chapas concorrentes: Chapa 1 - “*Em defesa da UECE*” (Lia/Eudes Baima). Chapa 2- “*A UECE fala outras palavras*” (José Ferreira Nunes/BC Neto) e Chapa 3 - “*Ousadia e transformação*” (Jackson/Idelbrando).

No dia da votação, teve início o ridículo circo eleitoral, com estudantes, professores e servidores vestindo camisas das diferentes

chapas, distribuindo panfletos e convocando todos a “escolherem” o próximo Reitor da UECE. A grande maioria dos estudantes acompanhou indiferente o processo eleitoral. A maioria literalmente ignorou o que se passava na universidade e não poucos desconheciam que a consulta ocorreria sob a égide da antidemocrática lei (LDB, art. 56) que estabelece a proporção entre os setores de 70% professores/15% servidores/15% estudantes.

A farsesca “eleição” deu vitória à Chapa 3 (Jackson/Idelbrando) com 40,7% dos votos contra 16,8% da Chapa 1 e 7,9% da Chapa 2. Dos

mais de 20 mil alunos aptos a votar (segundo o comunicado nº 05 da Comissão eleitoral) apenas 3.749 votaram, ou seja, a abstenção estudantil foi de 82%! Os votos brancos, nulos e abstenções totalizaram 34,5% dos votos.

Posição das correntes do movimento estudantil

O PSTU/ANEL, a princípio, discutiu o apoio a uma das chapas em disputa. Na reta final, porém, mudou de posição e passou a defender o boicote às “eleições”. Sua defesa do boicote foi meramente formal. Não fez nenhuma campanha, panfletagem ou cartaz.

Pior ainda foi o posicionamento da maioria do movimento estudantil, dirigido pela Consulta Popular e PSOL, que resolveu apoiar a chapa “**Em defesa da UECE**” com a justificativa de ser composta por membros do Sindicato dos docentes (Sinduece) e por se apresentar como “chapa da oposição”. Não convocaram os estudantes a discutir a autonomia universitária, a debater como lutar contra o brutal sucateamento da universidade e sequer propagandearam sua pseudo-democrática bandeira de paridade (cada setor tem o mesmo peso nas eleições). Venderam ilusões sobre a possibilidade de melhorar a universidade respeitando as minguas das verbas e a inexistente autonomia frente ao governo do estado. Diziam que diante da conjuntura de precarização da universidade, da falta de professores, infraestrutura, de

Trecho do Boletim da Corrente Proletária Estudantil na USP:

Novos processos contra estudantes: Rodas/governo retomam ofensiva repressiva.

Reforma da pós-graduação é destruidora da pesquisa, profissionalizante e impõe gestão empresarial

É preciso responder com luta!

Os novos processos abertos por Rodas/governo contra estudantes acusados de participarem da ocupação da reitoria no final de 2011 são uma retomada da ofensiva repressiva desencadeada sobre a USP. O fim do movimento grevista iniciado ano passado abriu caminho para novas medidas autoritárias. O reitor-interventor segue aplicando as diretrizes privatistas, elitistas, precarizantes e repressivas ditadas pelo governo do PSDB.

Processos arbitrários e de perseguição política têm de ser rechaçados

Os processos organizados pela comissão disciplinar têm como característica:

1) Estabelecem a penalidade antes de qualquer apuração: logo no início do texto do mandato que recebem, os estudantes são informados de que os processos visam à sua eliminação do quadro da universidade. O regimento disciplinar em vigor, elaborado em 1972 pela ditadura militar, estabelece punições graduais de acordo com as infrações cometidas. Mas a comissão processante ignora qualquer apuração, estabelecendo de antemão a punição máxima. O que mostra que sua “investigação” é uma farsa, pois o julgamento já está consumado, e o objetivo é eliminar os acusados.

2) A recusa dos acusados em depor diante da comissão será considerada confissão. Ou seja, de antemão, os acusados são considerados culpados, até que provem o contrário, invertendo um princípio jurídico elementar. O ônus da prova está sobre os acusados, que têm de provar inocência diante da culpa atribuída *a priori*.

3) A indicação de testemunhas de defesa depende da aprovação da comissão disciplinar. Ou seja, só vale depoimento de quem for aprovado pela comissão. Os acusados sequer têm o direito de indicar livremente suas testemunhas.

Essas características somente ilustram o autoritarismo da reito-

rias, que impõe processos de perseguição política contra aqueles que se opõem às suas medidas. Mesmo que os processos seguissem as normas jurídicas fundamentais, não deixariam de ser perseguição política, porque são motivados pela ação política dos acusados e nada mais.

Posição da Corrente Proletária Estudantil/CPE

A CPE não apoiou nenhuma chapa, defendeu o boicote à consulta e fez um chamado à luta, dirigido aos estudantes, por meio de cartazes e panfletos. Explicou que a eleição para Reitor é um problema de autonomia universitária, que é negada pelo estado burguês (lista tríplice a ser enviada ao governador) e que só é possível conquistá-la com a greve estudantil-docente e o enfrentamento radicalizado com os governos. Denunciou o discurso falacioso de que é possível, por meio da farsa eleitoral, mudar a estrutura burocrática da UECE e assegurar a autonomia da instituição. A CPE não rechaça, por princípio, a via da disputa eleitoral para Reitor, mesmo na draconiana forma atual, desde que essa disputa estruture-se em contato com o movimento estudantil-docente, tenha seus passos controlados pela base através de plenárias deliberativas e esteja subordinada à ação direta para arrancar o direito da universidade eleger sua própria administração sem a interferência dos governos.

A CPE atuou neste processo combatendo a paridade e defendendo o voto universal e a soberania da Assembléia Universitária.

A ofensiva repressiva da reitoria da USP é parte de uma ofensiva repressiva geral contra os movimentos sociais. A aplicação da lei anti-greva contra movimentos do funcionalismo, a repressão policial às greves operárias de obras do PAC, a barbárie da desocupação de terrenos como o Pinheirinho, a sequência de assassinatos de lideranças dos sem-terra, a sequência de intervenções da tropa de choque na USP, são elementos que indicam que vivemos diante de um acirramento da ditadura de classe da burguesia através de seu aparato de dominação, o Estado. São medidas de contenção dos movimentos sociais, de forma a permitir que a partir dos governos se apliquem medidas de proteção ao capital ameaçado pelas consequências da crise capitalista.

No caso da USP, as medidas que a reitoria/governo vêm implantando são uma reedição dos decretos do então governador José Serra, que tentou implantar tudo de uma vez mas foi impedido pela mobilização de estudantes e trabalhadores em 2007. Essas medidas visam a um maior controle e intervenção do governo sobre a universidade, favorecimento de investimentos privados através da aplicação do ensino a distância, das parcerias com as fundações, do direcionamento das pesquisas, da privatização e terceirização de serviços etc.

A defesa da universidade pública e gratuita depende da mobilização dos que estudam e trabalham para barrar com a ofensiva do governo/reitor. O rechaço aos processos é parte dessa luta, que expressa a defesa da autonomia universitária diante do governo e poder econômico. Defesa essa que só pode ser feita pelos que trabalham e estudam mobilizados, pois a casta burocrática que administra a universidade age de forma autoritária em favor dos interesses do poder econômico e dos governos.

Nesta edição:

- YPF deve ser expropriada sem indenização 100% da empresa e também toda a atividade petrolífera
- Argentina: Conferência Nacional del POR
- Bolívia: Unidos nas ruas para derrotar o governo de entreguistas, esfomeadores e ladrões
- Cresce o intervencionismo imperialista sobre a Síria

Artigos do Cerqui

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Argentina

YPF deve ser expropriada sem indenização 100% da empresa e também toda a atividade petrolífera

A expropriação da Repsol é uma medida limitada, parcial, com a porta aberta para futuras associações com outras multinacionais. Não só YPF teve queda na exploração e produção, mas também todas as outras empresas do setor.

É necessário compreender a magnitude da crise aberta entre o governo e os proprietários da YPF. A Argentina perdeu o autoabastecimento no pior momento, com sua matriz energética dependendo 90% de petróleo e gás, com o preço do barril de petróleo acima dos US\$ 100, devendo destinar mais de 5 bilhões de dólares à importação (ano de 2011), convertendo-se em uma das principais travas para sustentar os setores da economia que dependem do insumo. Não se desenvolveram fontes alternativas de energia que fossem substituindo a dependência do petróleo e do gás.

O governo Kirchner é responsável por ter levado a essa situação de crise e tem sido obrigado a tomar medidas de choque contra a Repsol, tendo a corda no pescoço. Seu discurso pretende se mostrar como de defesa da soberania nacional, enfrentando uma das empresas multinacionais mais poderosas, para ocultar a inviabilidade de sua política, de submissão ao capital financeiro internacional. O caso YPF é o mais visível devido a reserva sobre a qual vinha operando a Repsol e pela sua participação significativa em toda cadeia, dominando mais de um terço dos mercados. Isso explica a medida de desespero para reverter esse quadro, que condiciona a economia em seu conjunto.

YPF é a maior empresa da Argentina, a que mais fatura (63 bilhões de pesos), a que mais lucra (8 bilhões em 2011, sem os impostos). É a principal operadora integrada do setor energético: 34% da extração de petróleo, 23% de gás natural, 51,7% da capacidade instalada para a refinação do petróleo, e 55,2% da oferta de combustíveis líquidos de produção nacional. Em 2011, refinou 16,5 milhões de me-

tros cúbicos de petróleo (em 2007, havia superado os 20 milhões).

O interesse das multinacionais é contrário ao interesse da Nação oprimida. Tem sido assim desde o início da atividade petrolífera. Não é como diz a Presidenta: “*nos últimos anos não coincide com os interesses da República*”. A lógica das empresas é extrair maiores lucros em menor tempo. Tratam, por todos os meios, de impor no mercado interno os preços internacionais, ainda que o custo de produção na Argentina seja um dos mais baixos do mundo. Sempre pressionaram com o desabastecimento ou a falta de investimentos para conseguir maiores preços.

O que necessita o país é de uma indústria petrolífera, que abasteça as necessidades, incremente as reservas e que financie o desenvolvimento das fontes de energia alternativas. As gigantescas inversões iniciais na YPF foram realizadas pelo Estado, não por empresários privados. Quando dizem que somente o capital privado multinacional pode realizar inversões necessárias, dizemos que é falso, a YPF estatal expandiu a produção e oferta de energia em todas suas formas, propiciou energia abundante e barata, desenvolveu um aparato produtivo e tecnológico de importância, e descobriu e desenvolveu todas as áreas petrolíferas hoje em produção, usufruídas pelas multinacionais.

A pressão ao redor da magnitude das inversões que tem de realizar é uma chantagem para justificar que somente o capital financeiro internacional está em condições de explorar reservas como a de “Vaca Morta”.

Não haverá nenhum desenvolvimento das forças produtivas sob o domínio do capital financeiro. Nem toda medida que afeta limitadamente uma multinacional é necessariamente progressiva em si mesma. Vimos como avançam os grupos como Bulgheribim, o Vilas-Manzano, o Cristóbal López, sobre os negócios petrolíferos. **Deve ser rechaçada toda ideia de substituir a Repsol por outras multinacionais, ou “nacionais”,** associando-se direta ou indiretamente, entregando-lhes áreas para explorar. **A estatização de YPF deve ser parte de um plano geral para recuperar a totalidade das explorações de petróleo e gás.**

Se bem que a Repsol fez um grande negócio esvaziando a YPF, tinha expectativas de continuar com o negócio, explorando as reservas que ficaram e associando-se a outras empresas para explorar áreas onde não tinham interesse em investir. A medida do governo Kirchner cortou esse negó-

cio e fez cair drasticamente o valor de suas ações. Agora, a Repsol procurará obter nos tribunais internacionais maior compensação para compensar a fabulosa renda que perdeu na operação da YPF.

Rechaçamos todas as opiniões de jornalistas, comentaristas e politiquinhos que afirmam que não devia tomar essa medida porque afeta as relações com a Espanha, porque espanta os investidores, que afeta a segurança jurídica, etc. Todos são porta-vozes do capital financeiro que rechaçam, por princípio, que se atinjam os interesses de algum capitalista.

O governo espanhol rechaçou a medida e defendeu a Repsol a todo custo e promete todo tipo de sanções contra a Argentina, em defesa do sagrado direito de saquear nossos recursos.

O povo espanhol sofre na carne a política do capital financeiro, que corta todos os seus direitos, o mesmo que dirige a Repsol, **eles e nós temos um inimigo em comum.**

Impor o controle operário coletivo

A YPF nas mãos de um governo burguês é uma experiência conhecida, para benefício das contratadas, dos empresários amigos, com sobrepreços, que servirá na bandeja o negócio para outras multinacionais. A presença de um burocrata na direção da YPF é uma fraude. A burocracia foi sócia da Repsol.

A história também nos mostra como se tem esvaziado a YPF como estatal. Não pode ficar nas mãos do governo que potencia a penetração imperialista, como na mineração, e os negócios dos empresários “amigos” e funcionários car-reiristas. **As empresas expropriadas devem ser controladas coletivamente pela classe operária, por suas organizações, por suas bases, que conhecem detalhadamente como trabalham as empresas, o que se faz e o que deixa de fazer.** Deve-se acabar com todas as formas de terceirização e precarização do trabalho petrolífero, aplicando o melhor acordo da atividade.

A Presidenta ataca os trabalhadores petrolíferos, pedindo que acabem com os piquetes e greves. **Coincide com a política da Repsol.** Nenhuma palavra sobre o fim da superexploração no setor, a terceirização e a precarização. Pede que os trabalhadores renunciem a suas reivindicações em nome de um fim supremo, que é conseguir o autoabastecimento.

A burocracia sindical é cúmplice das patronais multinacio-

nais, que sucatearam a empresa, deixando milhares nas ruas, que terceirizaram boa parte dos serviços da produção.

O interesse da maioria oprimida só pode ser defendido pela única classe que não tem ligação com o capital. Como

se poderá impor a soberania nacional, recuperando todos os recursos petrolíferos? Por meio de uma lei? Com discursos? Pagando os saqueadores?

Estamos enfrentando um setor poderosíssimo, que se apodera de uma das maiores riquezas do país, que se apoia no custo do barril na boca do poço de 8 a 10 dólares. **A burguesia não poderá cumprir com essa tarefa nacional.**

A expropriação sem indenização de todos os recursos e seu funcionamento sob o controle operário coletivo somente se poderá alcançar por meio da ação radicalizada das massas, ocupando as reservas e as refinarias, é necessário impor o monopólio energético em toda sua extensão.

(Boletim divulgado pelo Partido Operário Revolucionário da Argentina, abril de 2012)

Adquira com o distribuidor deste jornal:



A política da Repsol-YPF sob o governo Kirchner (sócio ou cúmplice)

A política da Repsol: extrair tudo o que for possível dos poços existentes antes de 1998, gerar grandes lucros e distribuir dividendos, utilizando esses recursos para se expandir a outras regiões (Alaska, Brasil, Golfo do México, Caribe, Norte da África).

Entre 2000 e 2010, a YPF teve lucros de cerca de 41 bilhões de pesos e transferiu 47 bilhões aos acionistas. Entre 1992, ano em que a YPF se abriu para o capital privado, e 1999, a companhia manteve uma política de repartir entre os acionistas uma média de 44% dos ganhos, o restante se aplicava para recapitalizar a empresa.

A “argentinização” de Néstor Kirchner consistiu na entrada do grupo Eskenazi para a YPF, em fins de 2007, adquirindo uma parte do pacote acionário, legitimando a distribuição selvagem de dividendos já que a Eskenazi pagaria as ações adquiridas com os dividendos recebidos, (entre 2008 e 2010, a companhia ganhou U\$12,9916 e repartiu U\$14,906).

Os enormes dividendos que se geravam e remetiam ao exterior mostravam que era nulo o reinvestimento, restando recursos para a exploração das áreas petrolíferas. A descapitalização da YPF se cobria parcialmente assumindo dívidas (em fins de 2011, sua dívida ascendia a 8,4 bilhões de dólares), procedimento de sucateamento

semelhante ao executado pela Ibérica/Marsans na Aerolíneas Argentinas. A petroleira se desculpa dizendo que sua política é uma reação pelo congelamento de preços impostos pelo governo. Quanto ganharia, então, se o preço tivesse sido totalmente liberado? Esta desculpa é tomada pelos porta-vozes locais para dizer que a culpa é das regulamentações que impõem o Estado, que não permitia continuar aumentando os preços internacionais do petróleo. A YPF obteve lucros anuais extraordinários, da ordem de 20% sobre seus ativos e que superam os 40% em relação a seu patrimônio líquido.

Brufau, presidente da YPF, afirmou *que as reservas não convencionais identificadas na região neuquiniense são as terceiras do mundo e que se o governo liberasse os preços, poderia levar ao autoabastecimento do país no máximo em três anos, como ocorreu nos Estados Unidos* (Verbistky, pág.12).

De Dicco afirma que entre 2003 e 2011, a YPF aplicou um capital de risco para explorar 8 poços. Durante a década de 80, a YPF estatal havia alcançado uma média anual de 117 poços. Houve uma clara decisão dos donos da YPF de não explorar para aumentar as reservas (reproduzido pela Zaiat, pág 17). A YPF não repôs nenhum barril de cada 5 que extraiu.

Os lucros foram gerados deprimindo os recursos naturais, sem re-

por as reservas. O volume de extração do petróleo foi de 27,8% menor do que em 2011, comparado com 2003, e de gás natural de 36,8% entre 2004 e 2011. A refinação alcançou o máximo em 2007 e, em 2011, caiu para 18,7%, em relação àquele nível.

Conhecendo esta política, Kirchner juntamente com os governadores, estenderam as licenças e assinaram novas áreas (em abril de 2011, prorrogaram licenças que venciam em 2017, por 10 anos), além disso, entregaram subsídios à exploração. *Na disputa por maiores margens, a YPF se sentou sobre os poços e, assim, forçou sucessivas vantagens, como os planos Petróleo, Gás e Refino Plus, que a partir de 2008 e... até 45 dias atrás melhoraram seus ganhos (os incentivos que o Estado outorgava cada ano a todas as companhias por esses planos superavam os 2 bilhões de dólares e a YPF levava parte do leão)* (Verbistky, pág. 12).

O governo Kirchner não exigiu que a Repsol renunciasse ao Ciadi (tribunal internacional para dirimir os conflitos) e se subordinou à legislação e os tribunais nacionais. O governo Kirchner não reverteu a privatização escandalosa de Menem e permitiu que a Repsol levasse adiante sua política com toda impunidade.

(Extraído do Jornal Massas – Partido Operário Revolucionário da Argentina – nº259)

Realizou-se a Conferência Nacional do POR

Foi realizada a Conferência Nacional do POR da Argentina com a presença dos delegados do Brasil e Bolívia.

Um passo importante que permitiu aproveitar o último Congresso que realizou um ajuste do programa partidário e definiu com maior clareza a caracterização da Frente de Esquerda dos Trabalhadores (FET) e qual deveria ser a política de nossa organização perante às eleições passadas. Todos os companheiros intervieram ativamente na organização e na discussão.

A Conferência debateu e aprovou o documento internacional

preparado pelo Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui), que precisa os aspectos importantes do momento atual de agudização da derrocada capitalista e sua extensão, suas consequências para as massas em todo o mundo, as tendências bélicas e, sobretudo, a necessidade de pôr em pé a direção internacional ausente nos levantes populares, mesmo nos mais radicalizados. Os camaradas das seções do Cerqui fizeram um informe dos eixos centrais da situação política em seus países e como impacta a crise mundial.

O documento da situação política nacional concentrou, em

grande parte dos debates, procurando precisar as respostas que o Partido deve dar diante dos principais problemas. Em particular, foram analisados os aspectos mais débeis da economia, a incapacidade da burguesia em resolver o crescimento harmônico e como cresce a presença das multinacionais em toda a economia. Prestou-se atenção à crise energética e ao denominado Plano Estratégico Industrial 2020 do governo, colocados nos boletins de discussão de preparação da Conferência. Como também a questão da Mulher, sobre a importância de dar resposta aos problemas cotidianos na intervenção do Partido, combatendo, ao mesmo tempo, os revisionistas que têm abandonado as conquistas políticas e teóricas do marxismo. Colocou-se ênfase no balanço da ex-Zanón, decidindo que é necessário reproduzir todos os materiais de nossa luta desde o início, onde o Partido teve um papel protagonista, para mostrar o beco sem saída que se conduz a direção ceramista. O debate sobre a questão das Malvinas colocou o alcance conti-

nental dessa luta democrática que somente pode ser resolvida pela classe operária.

A Conferência abordou a questão da educação, avançando no posicionamento partidário sobre a resposta proletária, como colocar a questão do conhecimento, da educação vinculada à produção social, superar a divisão entre o trabalho manual e intelectual e como responder à juventude, combinando trabalho e estudo. Não se trata de dar respostas pedagógicas, mas políticas de uma perspectiva de classe, para enfrentar as políticas burguesas que se revestem de roupagem progressista e de esquerda para fazer passar a reforma. A Conferência também aprovou o documento sobre a Reforma Educacional, um eixo da intervenção partidária, discutindo a tática sobre como desenvolver a luta das massas para derrotar a política governamental de aplicação das orientações do capital financeiro internacional.

(Extraído do Jornal Massas nº 259, órgão do POR-argentino)

Argentina: Conferência Nacional del POR Situação Política Nacional*

No Jornal Massas 431, publicamos o primeiro extrato do documento da Situação Política Nacional do POR da Argentina. Nessa edição, continuamos com o resumo, apontando os aspectos centrais do ponto 2.

2. O regime político

O governo Kirchner é burguês pró-imperialista. É reacionário porque seu papel essencial tem sido o de bloquear o desenvolvimento do levante popular de 2001-2, desviá-lo, dissolvê-lo e reconstruir o Estado da burguesia (...) Para fazê-lo, teve de apelar a muitos recursos econômicos, políticos, repressivos, demagógicos e manobras de todo tipo (...) teve de se desprender do Partido Justicialista e armar um híbrido que não é um partido político, a “Frente para a Vitória” (FPV), por trás da figura dos Kirchner, não tem programa, não tem estatutos, nem organismos que regulamentam sua vida interna, nem a forma de seleccionar os candidatos. Na FPV, cabe dos grupos piqueteiros até os elementos mais recalcitrantes da política e do sindicalismo.

...

O governo apelou para um discurso tibiamente nacionalista, confrontando com o FMI, tomou em suas mãos algumas causas democráticas, emblocando-se com a luta dos direitos humanos, afastou a cúpula militar e a Corte Suprema, e tomou algumas medidas para ganhar respaldo popular (...) contribuiu para alimentar e recriar as ilusões democráticas das massas.

O governo apareceu atritando com os setores mais poderosos da burguesia, situação que se agudizou com o conflito com as patronais do campo, em 2008. A AEA, a associação empresarial dos mais poderosos, fez um duro trabalho de enfrentamento com o governo e tratou de se apoiar na derrota eleitoral do governo nas eleições parlamentares de 2009 para construir alternativas de oposição política que derrotassem os Kirchner. Trata-se de um paradoxo de um governo que representava os interesses gerais da burguesia, restabelecia a gover-

nabilidade, o Estado, resolvia a quebra da dívida externa e, ao mesmo tempo, chocava-se com os setores mais poderosos da economia.

Devido à debilidade dos partidos políticos de oposição burguesa e suas posições reacionárias, estreitamente vinculados a esses grupos empresariais, o governo ganhou força como aquele que facilmente pôde enfrentar as “corporações” (...), defendendo os interesses da Nação. Mas a burguesia e seu governo ganharam mais forças devido à debilidade política da classe operária, que não pôde erguer-se como classe enfrentando todas as variantes burguesas e sua política. As lutas da classe operária e dos oprimidos foram contidas, canalizadas e desviadas pela burocracia sindical.

...

Os movimentos dos piqueteiros (*organizaciones de desempleados, N.E.*) que apareceram com enorme poder de mobilização, ocupando, bloqueando, foram desativados (...) Uma parte deles foi integrada ao Governo, que lhes deu planos e subsídios para tirá-los das ruas (para construir padarias, casas, restaurantes, etc.), e, por outro lado, porque à medida que passavam os meses, milhares de desempregados conseguiram um posto de trabalho e começaram a abandonar as ruas. Os movimentos de piqueteiros, com toda sua massividade e radicalidade, padeciam de direção revolucionária, que pudessem orientá-los frente à manobra da burguesia (...). A maioria se limitava a pedir e administrar planos, que lhes financiavam a formação de cooperativas. Rechaçaram a luta geral para pôr fim ao desemprego, pelos postos de trabalho com carteira, repartindo todo o trabalho disponível entre todos os trabalhadores, não defenderam uma linha de unir os trabalhadores desempregados com os empregados (...)

...

O governo se apresenta como “nacional e popular” e, assim, seus simpatizantes o defendem. Mas o governo deve ser definido pelos interesses da classe que defende, pelo regime de propriedade que está assentado, pelas tarefas centrais

que vêm a desenvolver, pelo seu cumprimento com as tarefas nacionais que correspondem à classe, pela sua relação com o imperialismo (...)

Os atritos com a Inglaterra em torno das Malvinas se originam da negativa do Reino Unido em acatar as resoluções da ONU, que pede para negociar, e no fracasso diplomático da Argentina que não tem força para recuperar a soberania das Malvinas (...) clama contra os ingleses e, ao mesmo tempo, estimula os negócios de empresas britânicas no país. Um dos bancos que assessora o governo na dívida externa é o Barclays Bank. A soberania sobre Malvinas não será recuperada por nenhum governo burguês, nem pela via diplomática. Malvinas é um símbolo da prostração da burguesia argentina frente ao imperialismo. É uma legítima reivindicação nacional a luta pela sua recuperação. Devemos defender a expulsão de todas as empresas britânicas do solo argentino, expropriando-as, atacando uma das bases materiais da dominação imperialista sobre nosso país.

...
A ideia de “capitalismo sério” de “modelo produtivista” são apenas títulos para embelezar o que é um clássico esquema de desenvolvimentismo capitalista, submetido ao imperialismo. Para desenvolver as forças produtivas da nação e recuperar a soberania, é necessário acabar com a dominação imperialista, expulsando as multinacionais, recuperar toda a terra, pondo fim aos latifúndios, recuperar os lagos, rios e o mar, as minas, os recursos petrolíferos, gasíferos, recuperar a geração e distribuição de eletricidade e gás, etc. O governo não está disposto a tomar nenhuma medida nesse sentido. A burguesia é uma classe que tem sido e continua sendo entreguista, antinacional.

...
O governo se apresenta com a bandeira dos direitos humanos (...). Aprovou a nova lei antiterrorista (...), mantém 6.000 lutadores processados (...), auxilia a formação de bandos para a repressão das lutas (...), trabalha para sufocar os conflitos (...), etc.

Uma fragilidade do regime, de conjunto, é não ter podido restabelecer o funcionamento dos partidos políticos. Os principais partidos da burguesia nacional têm desaparecido.

Bolívia

Unidos nas ruas para derrotar o governo de entreguistas, esfomeadores e ladrões

Denunciamos o governo do MAS e sua transformação em ditadura de entreguistas, que não se move diante das greves de fome e bloqueios nacionais; nem diante dos sacrifícios das marchas indígenas. Lutar sobre a base de uma Plataforma Única Nacional, Já!

Não se enganem, senhores. É um governo de direita que está na Praça Murillo, que se vendeu às multinacionais ou ao imperialismo, que protege os lucros dos patrões e latifundiários, ou dos burgueses entreguistas. Ao qual só se pode vencer com a unidade dos operários, indígenas, professores, universitários, médicos e demais oprimidos. Evo é um cínico de direita igual a toda sua camarilha, que ri da greve de fome das enfermeiras, médicos e estudantes de toda Bolívia; que zomba do bloqueio dos professores de todo o país e que vê com des-

A burguesia necessita de seus partidos políticos, de seus quadros, para manejar homogeneamente a condução do Estado. Nas últimas eleições, mostraram esta decadência.

Os fenômenos de corrupção não são fatos isolados que não afetam o governo. O superfaturamento das obras públicas (...), a compra de terrenos públicos a preço vil para sua revenda, o crescimento patrimonial de funcionários (...), o enriquecimento dos secretários de Cristina Kirchner e o poder que têm adquirido os empresários dos meios de comunicação, vinculados ao governo, são alguns exemplos. Esta corrupção dos políticos e funcionários expressa a gigantesca corrupção que provém da descomposição capitalista, dos monopólios, do domínio dos mercados.

...
A burocracia tem um papel decisivo, deter a intervenção da classe, impedir que levante cabeça, que se organize independentemente, que evolua para sua própria estratégia política (...). É um suporte imprescindível para o governo Kirchner e para quem quer que seja que ocupe o papel de estrela. A burocracia reivindica do Estado todo o tipo de subsídios e benefícios pelo fato de o apoiar. Reivindica cargos no Congresso, no poder Executivo, nas empresas, reivindica dinheiro para as obras sociais e que se faça vistas grossas frente a sua administração, recebem empresas para administrar, sendo que tem seus próprios empreendimentos. Eles atuam como uma oficina de pessoal para as grandes empresas, eles se encarregam que não se tenham delegados ou comissões internas que respondam às bases.

Os setores da burocracia respondem a distintas frações patronais (...). A burocracia é partidária da unidade nacional, da conciliação de classes, da defesa do regime de propriedade capitalista.

...
Um setor das massas continua avançando para a independência de classe, apesar do papel lamentável das organizações democratizantes de esquerda. Mas esse processo por si não resolve o maior problema que é a ausência da direção proletária.

*Extratos do documento da Situação Política Nacional do POR de Argentina

prezo as famílias indígenas que lutam pela sua terra. O dirigentinho que chegou como inquilino do palácio, beijando os sapatos das multinacionais e empresários, deve ser derrotado por aqueles que tanto ele despreza: a nação oprimida. Os massistas pensaram que ficariam para sempre graças aos burocratas sindicais como Pinaya e Trujillo. Que somente se movem sobre pressão das bases, mas que dividem a mobilização, primeiro, traindo os professores, assinando acordos inúteis; segundo, impedindo que setores tão importantes, como são os da classe operária de Huanuni, entrem na mobilização. A unidade se constituirá na luta sobre os cadáveres dos traidores; venceremos esse novo patrão sem alma, que é Evo Morales.

Abaixo Evo, inimigo da saúde, da educação e dos direitos traba-

lhistas!

Retomar e fortalecer as frentes intersindicais, organizar a luta a partir das bases nas assembleias e comitês de greve. Recuperar a COB, federações e confederações das mãos dos burocratas vendidos.

Pelas Teses de Pulacayo e pela independência sindical.

Por empregos permanentes e salário mínimo vital, com escala móvel, que cubra o custo de vida de uma família e que aumente com este.

Revolução Social, expropriando as grandes propriedades privadas do imperialismo (multinacionais) e da burguesia entreguista boliviana (empresários e latifundiários) sem pagar indenização, para transformá-las em *propriedade social*, que dê pão e trabalho a todos, sob o controle de operários e camponeses. Isso é Socialismo, caminho

Cresce o intervencionismo imperialista sobre a Síria

No dia 21 de abril, uma nova resolução do Conselho de Segurança da ONU foi aprovada com o objetivo de aumentar a intervenção sobre a Síria. Votada por unanimidade, a resolução obriga o governo a aceitar 300 “observadores”, entre civis e militares, que deverão acompanhar o cessar-fogo aprovado desde o dia 12 de abril. Dois dias depois, 23, a União Europeia, que reúne 27 países, aprovou também novas sanções econômicas ao governo, como a não exportação de produtos de luxo para o país.

Aliada a essa resolução, Kofi Annan, representante da ONU, insiste que o governo permita um “corredor humanitário”, com a entrada de organizações estrangeiras para ajudar os refugiados. A ideia é permitir um território livre para que a ajuda “humanitária” chegue ao povo sírio, acossado pelo conflito. Na verdade, com a resolução e a “ajuda”, a ONU busca aumentar seu intervencionismo no interior do país e pressionar Rússia e China a aceitarem medidas intervencionistas no Conselho de Segurança. O material colhido pelos “observadores” e organizações estrangeiras servirá como prova para o imperialismo lançar-se militarmente sobre a Síria, como ocorreu na Líbia.

A Síria, que vive, desde março de 2011, um conflito entre forças militares do governo de Bashar al-Assad e forças oposicionistas localizadas em algumas regiões, como Deraa, cidade que iniciou o confronto em março, Homs, onde se concentraram os mais violentos choques e Hama, tradicional reduto da oposição, já contabiliza pelo menos 9 mil mortes.

A nova intervenção da ONU, sem a oposição da Rússia e China, objetiva criar as condições para fortalecer a oposição, armada pela Arábia Saudita, Catar e Turquia, e obrigar a uma transição política patrocinada pelo imperialismo.

Não se trata, obviamente, de uma tarefa fácil, considerando que o regime de al-Assad conta com um dos maiores exércitos do Oriente Médio, com mais de 400 mil soldados, numa população de 22,5 milhões. Além disso, as duas principais regiões, Damasco, capital do país, e Aleppo, capital comercial da Síria, mostram-se ainda fiéis ao governo e, juntas, possuem mais de 40% da população. Segue, apesar do acordo de cessar-fogo, a mortandade de civis e soldados.

O Exército Livre da Síria e o Conselho Nacional da Síria são utilizados pela mídia imperialista para reforçar a necessidade de transição política, alimentada pelos Estados Unidos. Especialmente, o CNS aparece no horizonte como um possível governo de transição, provisório, com o apoio da Liga Árabe, sobretudo, Turquia e Arábia Saudita.

O levante de março de 2011, em Deraa, teve características populares, foi alimentado pela pobreza e pelos demais levantes que ocor-

para o comunismo. As eleições e parlamento são para delinquentes e demagogos.

Impor um **Governo Operário e Camponês ou a ditadura do proletariado**: ampla democracia para a maioria e ditadura para minoria exploradora. Retomar a via da **Assembleia Popular** de 71, governaremos a partir dos cabildos abertos e assembleias de representantes, revogáveis, que somente ganharão o que decidem suas bases

Viva a autodeterminação das nações oprimidas!

Derrotar a burguesia entreguista e expulsar as multinacionais!

Com o Partido Operário Revolucionário ao Socialismo!

Revolução e a ditaduras proletárias!

(Extraído do Jornal Massas nº 2261, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

reram no Norte da África e no Oriente Médio. Sua potencialização, entretanto, contou desde cedo com a ajuda estrangeira, com as armas vindas através da Turquia. O impulso do governo sírio de esmagar as revoltas não foi bem sucedido, alimentou antigos opositores, como os que se encontravam desde a década de 80 na cidade de Homs.

O massacre sobre a cidade não aplacou a revolta, mas fez os protestos se multiplicarem. O imperialismo, através da ONU, tem atuado em todos os países, cujos levantes populares se desenrolaram. Não poderia ser diferente com a Síria. A oposição da China e Rússia, bem como a situação pós-intervenção na Líbia, dificultaram uma ação enérgica, o que explica o longo processo de conflito que vive o país.

Sem organizações revolucionárias da classe operária, as frações burguesas se chocam pelo poder, utilizando a revolta popular. Não existe, igualmente, uma unidade da oposição e pequeno-burguesa. Aleppo que concentra a burguesia comercial e a classe média não se envolveu ainda nos conflitos, embora seja fundamental para a vitória da oposição burguesa.

Com as novas sanções e a resolução, o cerco se fecha contra o regime. Por essa via, não será a força do povo sírio que imporá a derrota da ditadura sangrenta de Assad, mas o imperialismo e os reacionários governos da região. O desenvolvimento do conflito armado não cessará com a intervenção da ONU, aumentará a opressão dos países ricos sobre mais um dos países atrasados.

Os levantes e as consequências sangrentas do conflito no seio de um país são de responsabilidade única e exclusivamente das classes sociais e das organizações políticas e militares que o protagonizam. Uma nação semicolonial e oprimida pelo capital internacional, como a Síria, não tem como expressar suas leis históricas senão por meio da autodeterminação. Nenhum banho de sangue justifica a intervenção do imperialismo. A violência desfechada pelo Estado, controlado por um governo autocrático, contra opositores apoiados em amplas camadas oprimidas da população, reflete as leis históricas particulares desse país e as leis gerais de dominação imperialista, que impôs o atraso econômico, social e político da Síria. A derrubada da ditadura por um movimento democrático somente será progressivo caso leve a autodeterminação frente às potências.

Fora o imperialismo da Síria! Nada de observadores e intervenção da ONU!

Pela autodeterminação da nação oprimida!

Por um movimento antiimperialista e anticapitalista que derrube a ditadura sangrenta de Bashar al-Assad!

Constituir uma direção proletária que lute no seio do levante pela revolução social!

Diante da sepultura recém-cavada de Kote Tsintsadze ⁽¹⁾

Leon Trotsky – 7 de janeiro de 1931

Foram necessárias circunstâncias verdadeiramente extraordinárias, como o czarismo, a clandestinidade, a prisão e a deportação, muitos anos de luta contra os mencheviques e, sobretudo, a experiência de três revoluções para forjar combatentes da tala de Kote Tsintsadze. Sua vida esteve ligada inteiramente à história do movimento revolucionário durante mais de um quarto de século. Participou em todas as etapas da insurreição proletária, desde os primeiros círculos de propaganda até as barricadas e a conquista do poder. Realizou a pesada tarefa da organização clandestina, e cada vez que os revolucionários caíam nas redes da polícia se dedicava a libertá-los. Assim, encabeçou a comissão especial da Cheka no Cáucaso, o centro de poder durante o período mais heroico da ditadura proletária.

Quando a reação contra Outubro provocou mudanças na composição e no caráter do aparato do partido e da política, Kote Tsintsadze foi um dos primeiros que começou a combater essas novas tendências hostis ao espírito do bolchevismo. O primeiro conflito explodiu quando Lênin estava doente. Stálin e Orjonikije, com o auxílio de Dzershinski, haviam dado um golpe na Geórgia, onde substituíram o núcleo de bolcheviques da Velha Guarda por funcionários arrivistas como Eliava, Orajelashvili e outros do mesmo feitio (2). Precisamente, frente a essa questão, Lênin se preparou para dar a batalha implacável contra a fração de Stálin e o aparato no 12º Congresso do partido. No dia 6 de março de 1923, Lênin escreveu ao grupo georgiano da Velha Guarda, cujo um dos fundadores era Kote Tsintsadze: “Sigo o caso de vocês com todo o meu coração. Estou indignado pela rudeza de Orjonikije e a cumplicidade de Stálin e Dzershinski. Estou preparando para vocês algumas notas e um discurso” (Obras Completas).

Todos conhecem o curso posterior dos acontecimentos. A fração estalinista esmagou a fração leninista no Cáucaso. Essa foi a primeira vitória da reação no partido e iniciou o segundo capítulo da revolução.

Tsintsadze, acometido de tuberculose, com várias décadas de militância revolucionária sobre suas costas, e perseguido a cada passo pelo aparato, não abandonou seu posto de luta, nem por só um instante. Em 1928, foi deportado a Bajchi-Sarai, onde o vento e o pó realizaram sua obra funesta no que restava de seus pulmões. Transferido para Alushta, o inverno gelado e chuvoso completou a destruição.

Alguns amigos trataram de conseguir sua internação no Sanatório Gulripsch de Sujumi, onde por várias ocasiões anteriores se pode salvar sua vida, durante ataques críticos de sua enfermidade. Orjonikije “prometeu”, de pronto; Orjonikije “promete” muitas coisas a todo mundo. Mas seu espírito covarde – o grosseiro não elimina o covarde – fez sempre dele um instrumento cego nas mãos de Stálin. Enquanto Tsintsadze combatia literalmente a morte, Stálin frustrou todas as tentativas de salvar o velho militante. Enviá-lo a Gulripsch pela costa do Mar Negro? E se o salvam? Poderia estabelecer a comunicação entre Batum e Constantinopla. Não, impossível!

Ao morrer Tsintsadze, desaparece uma das figuras mais representativas do velho bolchevismo. Este combatente, que mais de uma vez arriscou a vida e sabia muito bem como castigar o inimigo, era um homem de uma doçura excepcional em seu trato pessoal. Neste terrorista temperado, o sarcasmo bonachão e o agudo sentido do humor se combinavam com uma ternura que quase se poderia chamar feminina.

A grave enfermidade que nunca o abandonou não pode quebrar sua resistência moral, nem sequer pode fazer-lhe perder seu bom humor e seu terno amor pela humanidade.

Kote não era um teórico. Mas seu pensamento claro, sua paixão revolucionária e sua colossal experiência política – a experiência viva de três revoluções – foram uma arma muito mais poderosa, séria e resistente do que a doutrina assimilada formalmente por aqueles que carecem de sua fortaleza e perseverança. Semelhante ao Lear shakespeariano, foi um revolucionário dos pés a cabeça. Possivelmente, seu caráter ressaltou mais no curso dos últimos oito anos, de luta ininterrupta contra o surgimento e consolidação da burocracia carente de princípios.

Tsintsadze lutou instintivamente contra tudo o que se assemelhava à traição, à capitulação ou à deslealdade. Compreendeu a importância do bloco com Zinoviev e Kamenev. Mas jamais prestou seu apoio moral a esse grupo. Suas cartas demonstram que sentia uma repugnância natural – não há outra forma de dizê-lo – face aos revolucionários que, para garantir sua permanência formal no partido, o traíram renegando suas ideias.

No nº 2 do *Biukketen Opozitsi* tem uma carta de Tsintsadze a Okudshava. É um documento extraordinário pela tenacidade, clareza de observação

e pela convicção que expressa. Já dissemos que Tsintsadze não era um teórico, e deixava voluntariamente que outros formulassem as tarefas da revolução, o partido e a Oposição. Mas cada vez que seu ouvido captava uma nota falsa, pegava a caneta e não havia “autoridade” capaz de impedir-lhe de expressar suas suspeitas e responder. Onde melhor se demonstra isso é na sua carta de 2 de maio do ano passado, publicada no *Biulleten* nº 12-13. Esse homem de ação, esse organizador, defendia a pureza da doutrina muito melhor do que alguns teóricos.

Nas cartas de Kote, tropeçamos frequentemente com frases como as seguintes: “estas vacilações são uma má “instituição”, “ai daqueles que não sabem esperar!”, ou “na solidão os débeis se contagiam de todo tipo de coisas”. A coragem inamovível de Tsintsadze acalentava suas forças minguantes. Até sua enfermidade era, para ele, um duelo revolucionário. Em uma de suas cartas que escreveu alguns meses antes de morrer, disse que o que estava em jogo em sua batalha contra a morte era a pergunta: “quem triunfará? Por ora, eu levo vantagem”, agregou com seu otimismo que jamais o abandonou.

No verão de 1928, referindo-se a sua situação e sua enfermidade, Kote me escreveu de Bajchi-Sarai: “...muitos de nossos camaradas e amigos se viram obrigados a acabar sua existência na prisão ou no exílio; sem dúvida, em última instância, isso servirá para enriquecer a história revolucionária: novas gerações aprenderão a lição. A juventude bolchevique, aprendendo os ensinamentos da luta da Oposição bolchevique contra a ala oportunista do partido, compreenderá onde está a verdade...”

Tsintsadze somente podia escrever essas palavras, tão sensíveis e sem dúvida magníficas, em uma carta íntima dirigida a um amigo. Agora, que já não vive, se pode e se deve publicar. É a síntese da vida e a da moral de um revolucionário de alta escola. Há que publicá-la porque é necessário ensinar à juventude não somente com fórmulas teóricas mas também com exemplo de tenacidade revolucionária.

Os partidos comunistas do Ocidente todavia não forjaram combatentes da tala de Tsintsadze. Essa é sua grande debilidade, e ainda que existam razões históricas, não obstante, é uma debilidade. A Oposição de Esquerda dos países ocidentais não é uma exceção, e deve ter plena consciência disso.

O exemplo de Tsintsadze pode e deve servir de ensinamento, sobretudo para a juventude da Oposição. Tsintsadze foi a viva negação do arrivismo político, isto é, da tendência de sacrificar os princípios, ideias e objetivos da causa para fins pessoais. Isso de nenhuma maneira se contrapõe a sã ambição revolucionária. Não, a ambição política cumpre um grande papel na luta. Porém, o revolucionário é aquele que subordina totalmente sua ambição pessoal ao grande ideal, aquele que se submete e se torna parte dele. Durante toda sua vida e no momento de sua morte, Tsintsadze repudiou sem misericórdia a atração pelas ideias e pelas atitudes diletantes, por vantagens pessoais. Sua ambição foi a inamovível lealdade revolucionária. Que sirva de lição para a juventude revolucionária.

Notas

- (1) Diante da sepultura recém cavada de Kote Tsintsadze. *The Militant*, 15 de fevereiro de 1931
- (2) Em 1922, estourou um conflito em nível do aparato central de Moscou, entre a direção dos bolcheviques georgianos e Stálin. O tema central do conflito era a relação da República de Geórgia com a proposta de integrar as repúblicas soviéticas na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Orjonikije, secretário do Buró Regional Transcaucasiano, tomou as rédeas da Federação Transcaucasiana, formada pela Armênia, Geórgia e Azerbaijão, que tinha se organizado passando por cima das objeções da Geórgia, como passo prévio a sua filiação como unidade da URSS. No transcurso da luta, Stálin e Orjonikije levaram a cabo uma limpeza na direção georgiana e estabeleceram um grupo que se subordinava ao aparato partidário. Quando Lênin tomou conhecimento do que estava ocorrendo, e que Orjonikije havia agredido fisicamente um dos georgianos, se alarmou pela violação dos direitos das minorias nacionais não-russas e pelos métodos utilizados. Nos dias 30 e 31 de dezembro de 1922, escreveu algumas notas sobre o tema, que aparecem sob o título *Acerca da questão das nacionalidades ou sobre a auto-determinação*, em suas Obras Escolhidas. O último de uma série de ataques que o prostraram até sua morte impediu-lhe de lançar uma contraofensiva no 12º Congresso. *Felix Dzershinski* (1877-1926): um dos fundadores do Partido Socialdemocrata Polaco, encabeçou a Cheka desde sua fundação em 1917 e o Conselho Supremo da Economia Nacional de 1924 até sua morte. No conflito georginiano, trabalhou como membro de uma comissão de investigação de Moscou, que acobertou totalmente Stálin e Orjonikije.
(extraído da obra *Escritos*, de León Trotsky, tomo II, vol. 1, 1930-31)